



UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
CAMPUS PETROLINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FORMAÇÃO DE
PROFESSORES E PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES –
PPGFPI

TEREZINHA ABEL ALVES

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA NA
NATUREZA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DE
EDUCAÇÃO FÍSICA DE PETROLINA (PE)

PETROLINA – PE

2021

TEREZINHA ABEL ALVES

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA NA
NATUREZA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO
FÍSICA DE PETROLINA (PE)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em Formação de
Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPI)
da Universidade de Pernambuco *Campus* Petrolina,
na linha de pesquisa: Educação, Meio Ambiente e
Saúde, para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr Ricardo Kenji Shiosaki.

PETROLINA – PE

2021

A474e	Alves, Terezinha Abel. Educação ambiental e as práticas corporais de aventura na natureza: práticas pedagógicas de professores de educação física de Petrolina-PE. / Terezinha Abel Alves. - Petrolina: do autor, 2021. 111f.; il.; 30 cm. Orientador: Prof. Dr. Ricardo Kenji Shiosaki. Dissertação de Mestrado do Programa Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade de Pernambuco-Campus Petrolina, 2021. Disponível também em CD-ROM. 1. Educação. 2. Práticas pedagógicas. 3. Interdisciplinaridade. 4. Meio ambiente. 5. Práticas corporais - aventura - natureza. I. Shiosaki, Ricardo Kenji. II. Universidade de Pernambuco - Campus Petrolina - PPGFPPI. III. Título. CDD-613.707
-------	--

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Maria Gorete Pereira e Silva, CRB 4/0796, Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina.

TEREZINHA ABEL ALVES

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA NA
NATUREZA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO
FÍSICA DE PETROLINA (PE)

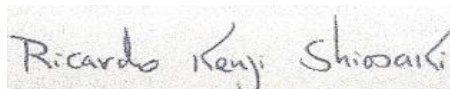
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em Formação de
Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPI)
da Universidade de Pernambuco *Campus* Petrolina,
para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr Ricardo Kenji Shiosaki.

Linha de pesquisa: Educação, Meio Ambiente e
Saúde,.

Aprovada em: 16 de julho de 2021.

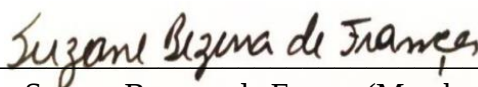
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ricardo Kenji Shiosaki (Orientador)
Universidade de Pernambuco *Campus* Petrolina (UPE)



Profa. Dra. Maryluce Albuquerque da Silva
(Membro interno)
Universidade de Pernambuco *Campus* Petrolina (UPE)



Profa. Dra. Suzane Bezerra de França (Membro externo)
Universidade de Pernambuco (UPE) - *Campus* Nazaré da Mata

PETROLINA – PE

2021

*Dedico aos meus pais, Teresa Rodrigues Alves
e Pedro Abel Aves (in memoriam), amigos
presentes e a todos parentes espalhados em todo
território brasileiro. Do sertão ao sul.*

AGRADECIMENTOS

Graça e louvores sejam dados, em todo momento, ao Santíssimo e Diviníssimo Sacramento!

Agradeço ao meu Orientador Dr. Ricardo Kenji Shiosaki pelo acolhimento e ensinamentos, um incentivador da autonomia intelectual, sem ele não teria conseguido este mérito.

À Gerência Regional de Educação do Sertão do Médio São Francisco (GRESMSF), na pessoa da professora Anete Ferraz, exemplo de dedicação e atenção.

À Coordenação Geral de Desenvolvimento da Educação (CGDE), na pessoa da professora Josenilda Souza, que muito tem me assistido.

À minha chefe de Unidade de Formação (UFM), Josenilde Lima, pelo apoio constante, e demais colegas de trabalho, *cegedeanos*, pelo apoio e compreensão.

À Educação do Campo (EJA), pelos ensinamentos conquistados enquanto professora de Linguagens nos Anos Finais e Ensino Médio.

À gestora do Centro Interescolar de Educação Física, Socorro Siqueira, pela compreensão.

Às minhas examinadoras da qualificação e banca de Defesa pela disponibilidade e respeito, professora Dra. Maryluce Albuquerque da Silva - Universidade de Pernambuco (UPE) *Campus* Petrolina, e a professora Dra. Suzane Bezerra de França - UPE *Campus* Nazaré da Mata.

À minha família, mamãe e papai (Pedro Abel Alves, *in memorian*, sei o quanto feliz e orgulhoso ele estaria), irmão, irmãs, filha, sobrinhos, sobrinhas, cunhados e cunhada, compadres e comadres, e em especial a minha filha amada, Maria Thereza Abel Alves Galvão.

E um agradecimento especial à Família Salesiana que me tem fortalecido espiritualmente, enquanto Salesiana Cooperadora. Enfim, aos meus parentes espalhados no Brasil, do Sertão ao Sul.

Aos amigos e amigas, principalmente aos professores e amigos de luta nos estudos científicos.

Aos professores de Educação Física, principalmente dos Anos Finais pela colaboração e disponibilidade.

A todos os professores e colegas da turma do mestrado 2019, obrigada pela troca de conhecimento.

À Universidade de Pernambuco por me proporcionar mais esta conquista. Minha gratidão!

Ao Coral Nacional, na pessoa do Maestro Gabriel Machado, por me conectar em outra dimensão para desopilar.

Aos meus gatos (Alok, Rhá, Tigrão, Rabudinho, Lobinha, Guachi, Mião, Nina, Branquinho e Mimi) e ao meu jardim (em construção, sempre!), um pedacinho de mundo verde dentro de casa.

“Saia, vá para o campo, aproveite o sol e tudo o que a natureza tem para oferecer. Saia e tente recapturar a felicidade que há dentro de você; pense na beleza que há em você e em tudo ao seu redor, e seja feliz. A beleza continua a existir mesmo no infortúnio. Se procurá-la, descobrirá cada vez mais felicidade, e recuperará o equilíbrio. Uma pessoa feliz tornará as outras felizes; uma pessoa com coragem e fé nunca morrerá na desgraça.”

Anne Frank

RESUMO

O estudo se fez necessário para compreender a inter-relação das práticas pedagógicas dos professores de Educação Física (EF) com a Educação Ambiental (EA). Conhecendo a realidade deste grupo de professores de EF dos Anos Finais, fica mais fácil indicar formações e projetos para se trabalhar a EA, atendendo necessidades encontradas nessa população. Conforme a Política Nacional de Educação Ambiental, a EA deve ser tratada em todos os níveis de ensino, formal e informal. Numa perspectiva de entender como as questões ambientais são tratadas no ensino da Educação Física, enquanto possibilidade de formar indivíduos conscientes e aptos a exercerem a cidadania através das Práticas Corporais de Aventura na Natureza (PCANs) na perspectiva da EA, este trabalho objetivou realizar um diagnóstico das práticas pedagógicas dos professores de EF em relação às PCANs na perspectiva da EA, nos Anos Finais na Rede Estadual de Ensino. Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva com abordagem qualitativa, tipo estudo de campo, baseada em um questionário com 17 (dezessete) questões fechadas e 07 (sete) abertas com um total de 24 (vinte e quatro) questões, intitulada; “Educação Ambiental e Práticas Corporais de Aventura na Natureza: práticas pedagógicas dos professores de Educação Física de Petrolina (PE)”, para identificar o perfil socioeconômico desses participantes e também para investigar suas possíveis dificuldades ao desenvolver seu trabalho como docente sobre a temática “práticas corporais de aventura na natureza na perspectiva da Educação Ambiental”. Foi empreendida análise documental de 14 planos de aulas e de 14 Projetos Político Pedagógico, o Currículo de Pernambuco (CPE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cujos resultados demonstraram que tais documentos reconhecem a necessidade de desenvolvimento de competências específicas, comuns e interdisciplinares; e buscam adotar uma perspectiva processual da avaliação. Dessa forma, os documentos e o resultado do questionário apresentam uma oportunidade para aplicação dos pressupostos da interdisciplinaridade na EF para com a EA nas escolas públicas, subsidiando o desenvolvimento de competências para práticas pedagógicas exitosas. Este trabalho apontou como resultado que nas práticas pedagógicas dos professores de EF há um distanciamento entre o que foi respondido no questionário semiestruturado e de suas práticas, pois não foi encontrado a inter-relação da EF em relação as PCANs com a EA em seus planos de aulas e nos PPPs das escolas. Constatou-se ainda que os conhecimentos dos professores sobre a importância da EA são relevantes, pois visa a percepção do professor de EF frente ao desenvolvimento das atividades de PCANs na perspectiva da EA com estudantes do oitavo e nono ano dos Anos Finais, aponta para a necessidade de formações sobre o tema, sendo essa uma dificuldade para não realizar ações voltadas para as PCANs na perspectiva das EA, pois um número bastante expressivo (47, 4%) diz não ter participado em formação continuada em PCANs na perspectiva da EA nestes últimos 2 anos. Conclui-se que não há EA nas PCANs nos documentos analisados, PPPs e nos planos de aulas, e que precisa de políticas públicas estaduais e municipais para garantir esse trabalho de formação cidadã nas escolas estaduais em relação as PCANs com a EA. Espera-se, com esse trabalho, contribuir para uma aproximação entre teoria e prática na disciplina de Educação Física no que diz respeito às aulas de PCANs na perspectiva da EA, com um maior fortalecimento da EA na prática educacional pública Petrolinense, principalmente, proporcionar uma reflexão sobre a importância desta nas aulas dos Anos Finais na Educação Básica.

Palavras-chaves: Educação. Práticas pedagógicas. Interdisciplinaridade. Meio ambiente. Práticas corporais de aventura na natureza.

ABSTRACT

The study was necessary to understand the interrelationship of the pedagogical practices of Physical Education (PE) teachers with Environmental Education (EE). Knowing the reality of this group of PE teachers in the Final Years, it is easier to indicate training and projects to work with EE meeting the needs found in this population. According to the National Policy on Environmental Education, EE must be addressed at all levels of education, formal and informal. In order to understand how environmental issues are dealt with in the teaching of Physical Education, as a possibility to train individuals who are aware and able to exercise citizenship through the Corporal Practices of Adventure in Nature (CPAN) from the perspective of EE, this work aimed to carry out a diagnosis the pedagogical practices of PE teachers in relation to the CPAN from the perspective of EE, in the Final Years in the State Education Network. This is an exploratory descriptive research with a qualitative approach, field study type, based on a questionnaire with 17 (seventeen) closed questions and 07 (seven) open with a total of 24 (twenty four) questions, entitled; "Environmental Education and Corporal Practices of Adventure in Nature: Pedagogical Practices of Physical Education Teachers from Petrolina (PE)", to identify the socio-economic profile of these participants and also to investigate their possible difficulties in developing their work as a teacher on the subject "body practices of adventure in nature from the perspective of environmental education". Documentary analysis of 14 lesson plans and 14 Pedagogical Political Project (PPP), the Pernambuco Curriculum (PEC) and the Common National Curriculum Base (CNCB) were carried out, the results of which showed that such documents recognize the need to develop specific, common and interdisciplinary competences; and seek to adopt a procedural perspective of evaluation. Thus, the documents and the results of the questionnaire present an opportunity to apply the assumptions of interdisciplinarity in PE to EE in public schools, supporting the development of skills for successful teaching practices. As a result, this study pointed out that in the pedagogical practices of PE teachers there is a gap between what was answered in the semi-structured questionnaire and their practices, as the interrelationship of PE in relation to CPAN with EE in their plans was not found. classes and in the PPP of schools. It was also found that the knowledge of teachers about the importance of EE is relevant, as it aims at the PE teacher's perception regarding the development of CPAN activities from the perspective of EE with students in the eighth and ninth year of Final Years, points to the need for training on the subject, which is a difficulty not to carry out actions aimed at the CPAN from the perspective of the EE, as a very expressive number (47.4%) say they have not participated in continuing education in the CPAN from the perspective of the EE in the latter 2 years. It is concluded that there is no EE in the CPAN in the analyzed documents, PPP and in the lesson plans, and that it needs state and municipal public policies to guarantee this work of citizenship education in state schools in relation to the CPAN with the EE. It is expected, with this work, to contribute to an approximation between theory and practice in the discipline of Physical Education with regard to CPAN classes from the perspective of EE, with a greater strengthening of EE in the Petrolinense public educational practice, mainly, to provide a reflection on the importance of this in the classes of the Final Years in Basic Education.

Keywords: Education. Pedagogical practices. Interdisciplinarity. Environment. Corporal Practices of Adventure in Nature.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Três fases da Análise de Conteúdo.....	49
Figura 02 – Gênero dos participantes.....	64
Figura 03 – Idade dos participantes.....	65
Figura 04 – Formação dos participantes.....	65
Figura 05 – Tempo de docência dos participantes.....	65
Figura 06 – Ano que lecionam os participantes.....	66
Figura 07 – Conhecimento sobre a Lei de Educação Ambiental.....	66
Figura 08 – Educação ambiental no ato do planejamento dos professores participantes.....	69
Figura 09 – Ações nas aulas de Educação Física envolvendo Educação Ambiental	70
Figura 10 - Conhecimento dos participantes sobre as Unidades Temáticas de Educação Física.....	74
Figura 11- Ações que envolve Práticas Corporais de Aventura na Natureza na perspectiva da Educação Ambiental.....	74
Figura 12 - Participação dos professores em formação continuada.....	76
Figura 13 - Tipos de formações continuada.....	76
Figura 14- Benefícios que as PCANs, na perspectiva da EA, podem trazer para os estudantes segundo os professores participantes.....	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Categorias temáticas, subcategorias e unidades de sentido emergidas da análise documental dos PPPs de Escolas Estaduais, zona urbana, Anos Finais da cidade de Petrolina, Pernambuco e planos de aulas de professores de Educação Física.....	44
Quadro 02 – Codificação atribuída às Escolas Públicas Estaduais com Anos Finais da cidade de Petrolina (PE).....	45
Quadro 03- Codificação atribuída aos Professores de Educação Física com Anos Finais.....	46
Quadro 04- Categorias temáticas, subcategorias e unidades de sentido trazidas a partir do questionário com os professores de Educação Física das Escolas Públicas Estaduais com Anos Finais.....	50
Quadro 05- Atividade de EA nas aulas dos participantes.....	70
Quadro 06- Conhecimento dos participantes sobre PCANs.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	Anos Finais
AFAN	Atividades Físicas de Aventura na Natureza
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
DCNEA	Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental
EA	Educação Ambiental
GRE	Gerência Regional de Educação
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Base
LDBEN	Lei de Diretrizes e Base Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCANs	Práticas Corporais de Aventura na Natureza
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PPP	Projeto Político Pedagógico
SIEPE	Sistema de Informações da Educação de Pernambuco
TCLE	Termos de Consentimento Livre e Esclarecido
UPE	Universidade de Pernambuco

SUMÁRIO

1	ESTIMULANDO A NEUROPLASTICIDADE.....	16
1.1	Motivações, finalidades e fundamentos da pesquisa.....	18
2	AS DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	22
2.1	História da Educação Ambiental no Brasil: relato evolutivo com conceitos, concepções e Leis relacionadas à Educação Ambiental.....	22
2.2	A Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular e no Currículo de Pernambuco.....	26
2.3	Educação Ambiental aplicada à Educação Física.....	26
2.4	Conceituando Práticas Corporais de Aventura na Natureza.....	28
2.5	História da Educação Física no Brasil: relato evolutivo com conceitos, concepções e Leis pertinentes.....	30
2.6	A Educação Física na Base Nacional Comum Curricular.....	31
2.7	A Educação Física no Currículo de Pernambuco.....	34
2.8	Práticas pedagógicas: reflexões sobre o papel da Educação Física para com a Educação Ambiental.....	37
2.9	Projeto Político Pedagógico e suas relações com a Educação Física e a Educação Ambiental.....	38
2.10	Formação de Professores em Educação Ambiental e Educação Física em questão.....	39
3	PERCURSO METODOLÓGICO.....	42
3.1	Acesso e seleção do acervo documental.....	43
3.2	Pré-análise dos documentos.....	43
3.3	Coleta e análise dos dados dos documentos.....	44
3.4	Elaboração e aplicação de questionários semiestruturados.....	47
3.5	Análise dos dados obtidos a partir dos questionários.....	49
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	51
4.1	Artigo.....	51
4.2	Narrativa dos dados coletados a partir das respostas dos professores de EF com Anos Finais.....	64
4.3	PRODUTO DIDÁTICO.....	81

4.3.1	Formação para os professores de Educação Física: Dialogando com a Educação Ambiental e as PCANs.....	81
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
	REFERÊNCIAS.....	85
	APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.....	90
	APÊNDICE B - Instrumento de coletas de dados. Questionário no <i>Google Forms</i>	91
	APÊNDICE C Declaração de compromisso do pesquisador responsável.....	98
	APÊNDICE D – Análise Documental. Questionários sobre Educação ambiental e Práticas Corporais de aventura na natureza.....	99
	APÊNDICE E - Plano da Formação- Produto Didático.....	103
	APÊNDICE F -Certificado da Formação ministrada para os participantes.....	105
	APÊNDICE G - Produto Técnico - Tecnológico em PDF.....	106
	ANEXO A - Folha de Rosto.....	108
	ANEXO B – Carta de Anuência.....	109
	ANEXO C - Termo de Autorização.....	110
	ANEXO D - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa.....	111

1. ESTIMULANDO A NEUROPLASTICIDADE

Este trabalho surgiu da luta constante de um ser que insiste em acreditar que a vida é boa o suficiente para colhermos frutos admiráveis. Plantei várias sementes e hoje estou colhendo os frutos com muito orgulho da pessoa que sou. Não importa os obstáculos que terei que saltar. Os farei. Sempre “reorganizando” meus circuitos neurais, nesse processo contínuo de mudanças, então traçarei uma linha do tempo com dados relevantes para este registro memorial.

Em meados de 1984, finalizo o Magistério no Ensino Médio em uma Escola Pública de Petrolina (PE), Escola Estadual de Petrolina, onde tive excelentes professores e um extraordinário Orientador Vocacional. Presto concurso vestibular para Universidade de Pernambuco almejando o curso de Letras na Faculdade de Formações de Professores de Petrolina -FFPP, o qual consegui entrar tranquilamente, e onde tive mais uma vez excelentes professores que me fizeram se apaixonar pela sala de aula, concluindo no ano de 1988. Nesse mesmo ano, prestei meu primeiro concurso para professora do Estado de Pernambuco. Passei. Uma ótima história a contar. O primeiro concurso de Arraes, como ficou conhecido.

Em 1991, cursei a Especialização em Programação do Ensino Superior da Língua Portuguesa, pela Fundação de Ensino Superior de Pernambuco, FESP, na FFPP/UPE, com uma monografia sobre Variedades Linguísticas no Sertão (sem registros) escrita em parceria com a “minha xará” Terezinha Canduru, de Curaçá-BA, concluindo em 1992. No ano de 1994, entrei como portadora de Diploma para a Graduação em Educação Física pela Universidade de Pernambuco, UPE. Um curso que me fez crescer como pessoa e profissionalmente. As aulas eram realizadas no *Campus* Petrolina e algumas tivemos que cursar no Hospital Universitário Osvaldo Cruz/Recife, sob as Orientações de Conchita e Jesus. Tudo por conta da Universidade de Pernambuco, uma experiência única, professores incríveis. Sou amante das letras, das artes, das línguas e do corpo. Também vivi uma experiência bacana no programa Universidade Solidária na cidade de Porto - Piauí (1996), tendo como professor-coordenador de equipe o saudoso professor Marco Aurélio do Judô, vítima da covid-19 em 2020. Que Deus nos proteja!

Em 2004, chega à maternidade, uma filha linda e amável. E continuo a disparar sinapses! Ainda, no período de 2007 a 2009, cursei a Especialização em Treinamento Esportivo, pelo Centro Universitário UNINTA, e como trabalho de conclusão de curso foi elaborado uma monografia intitulada: “Ginástica Laboral: contribuições para a saúde e qualidade de vida de

Trabalhadores em Educação”, tendo como Orientador o professor Dr. Paulo Roberto Ramos do Curso de Enfermagem da Univasf/Petrolina. Na época, trabalhava no Centro Interescolar de Educação Física e Desporto, hoje conhecido também como Centro de Esporte e Lazer, e no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (RSE). Ano depois, fui trabalhar na Gerência Regional de Educação do Sertão do Médio do São Francisco (GRE) como Formadora da área de Educação Física e no “chão” da escola na Educação Básica, onde nunca deixei de laborar.

Participei do TIME BRASIL como Voluntária nos Jogos Olímpicos Rio 2016/XXXI Olimpíadas, mais especificamente no Atletismo. Como uma “coisa puxa a outra”, fui voluntária nos Jogos Olímpicos de Verão da Juventude de 2018 em Buenos Aires/Argentina, um grande evento Desportivo Internacional que também privilegia a educação e cultura. Nesse mesmo ano, apresento um trabalho intitulado “Estudo piloto com crianças autistas utilizando a plataforma de força: uma experiência a relatar” no I Seminário Paradesportivo do Sertão da Univasf, muito significativo para mim, um trabalho resultado de muito estudo e dedicação enquanto atuava como membro do grupo de pesquisa Plasticidade Neuromotora, orientada pelo professor Dr. Fernando Aguiar Lemos.

Então, em 2019, concorro a uma vaga do Mestrado profissional em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares, pela Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina, na Linha de Pesquisa Educação, Meio Ambiente e Saúde com o projeto de pesquisa Educação Ambiental e as Práticas Corporais de Aventura na Natureza: Práticas Pedagógicas dos Professores de Educação Física de Petrolina (PE), tendo como Orientador o professor Dr. Ricardo Kenji Shiosaki. Ministrei palestra para professores da GRE Petrolina a convite da professora Josenilda Martins, com o título “O mundo em mim: eu enquanto sujeito ativo da sustentabilidade” e uma outra palestra para os professores dos Anos Finais intitulada “Currículo de Pernambuco - Ensino Fundamental, Área de Linguagens para o Componente Curricular de Educação Física” ambas em 2019. A pesquisa realizou-se, apesar do período de pandemia em que nos encontramos, com a Dissertação defendida em 16 de julho de 2021 sem prejuízos ao programa.

Considero-me ainda mais qualificada, e com uma bagagem enorme de conhecimento ao retorno as aulas remotas/presenciais e atualizada. Durante este período, não cruzei os braços. Fiz meu estágio no Curso de Fisioterapia na disciplina de Anatomia, um desafio e tanto, conquistando uma experiência única. Escrevi um conto no livro de coautoria em Palavreiras 2019, pela editora Autografia. Um capítulo em coautoria no livro Autismo – Integração e diversidade, pela *Literare Books*, 2021. Dois resumos científicos, sendo o primeiro aceito na

Semana Universitária UPEM, 2019 e o da análise documental em 2020 no Congresso Interdisciplinar em Educação, Saúde e Ambiente (Ciesa). Um artigo publicado em um capítulo do E-book no VII Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada e Gestão Territorial (CBEAAGT), 2021. Fiz uma Formação sobre a temática, ofertando aos professores de Educação Física dos Anos Finais, suporte teórico-metodológico, contribuindo assim, com o conhecimento para o desenvolvimento da melhoria da prática desses docentes.

1.1 Motivações, finalidades e fundamentos da pesquisa

Vivemos tempos difíceis em todas as áreas de conhecimento por conta da Pandemia da COVID-19 (Corona Virus Disease) ou Doença do Coronavírus, assim, a Organização Mundial de Saúde (OMS) passou a chamá-la oficialmente. Desde fevereiro de 2019, mais especificamente, no âmbito escolar, especialmente no que diz respeito às temáticas de ensino e aprendizagem no seu contexto de mundo. As pesquisas vêm se ajustando em um novo formato em suas coletas de dados, no entanto, sem perder a confiabilidade.

Nesta pesquisa, aborda-se o tema de Educação Ambiental (EA) e Práticas Corporais de Aventura na Natureza (PCANs), por se fazer necessário o estudo e ampliação desse conhecimento no setor educacional na atualidade, principalmente para os Anos Finais da Educação Básica, em que atuo e tenho experiência de vida profissional, e almejo melhorar cada vez mais a qualidade do meu trabalho docente.

A Educação Básica atende e é responsável pela formação do cidadão integral desde a Educação Infantil, os adolescentes, como também as modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Quilombolas e os Povos do Campo) e Programas Especiais; como o Travessia. Para tanto, faz-se necessário um olhar mais aprofundado no que se quer ensinar aos nossos jovens e os cuidados para com o meio ambiente e consequentemente para com a natureza.

O desenvolvimento da EA é um dever do poder público, estabelecido pela Constituição Federal de 1988, que assegura o direito de todos, inclusive das futuras gerações, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Nesse cenário, a conquista educacional do nosso país, assegurada pela Lei 9.394, de 20/12/1996, Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que garante aos professores e unidades de ensino a autonomia para decisões referentes às escolhas curriculares

e metodológicas através da elaboração de Projeto Político Pedagógico (PPP) e planejamentos anuais de ensino, como consta no Art. 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola [...]. (BRASIL, 1996, p.15)

O presente projeto de pesquisa tentará preencher lacunas existentes na literatura a respeito das Práticas Corporais de Aventura na Natureza na perspectiva da Educação Ambiental em escolares. Em adição, pretendeu-se, também, verificar os conhecimentos dos professores sobre a importância da EA, visando a conscientização dos alunos para com o meio onde vivem. As PCANs são modalidades com maior nível de dificuldades, desafio, imprevisibilidade (BNCC, 2017).

Então, as Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Ambiental (2012) afirmam que “As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades reconhecem a relevância e a obrigatoriedade da Educação Ambiental”. Vale ressaltar que a EA e as PCANs se fazem presentes na Base Nacional Comum e Curricular (BNCC) e no Currículo de Pernambuco (CPE), estando a EA para ser trabalhada enquanto tema transversal e as PCANs como Objeto de Conhecimento da EF e disciplina da área de Linguagens.

O objetivo geral deste estudo foi investigar nas práticas pedagógicas dos professores de Educação Física dos Anos Finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual no município de Petrolina (PE), o desenvolvimento de PCANs na perspectiva da EA. E os objetivos específicos:

1. Averiguar no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas o estabelecimento de ações na dimensão da EA e das PCANs.
2. Examinar os Planos de Aulas dos professores de EF em relação às atividades voltadas para a EA e as PCANs com os estudantes do oitavo e nono ano dos Anos Finais.
3. Identificar necessidades e dificuldades em ações voltadas para as PCANs na perspectiva da Educação Ambiental;
4. Verificar a percepção do professor de EF frente ao desenvolvimento das atividades de PCANs na perspectiva da EA com estudantes do oitavo e nono ano dos Anos Finais;
5. Contribuir com uma formação *on-line* na plataforma do *Google Meet* trabalhando atividades para as PCANs na perspectiva da EA.

Este estudo trouxe algumas inquietações por fazer parte do meu trabalho enquanto docente da área: como acontece as práticas pedagógicas do professor de EF na escola na perspectiva da EA? Caso afirmativo, como são desenvolvidas? Quais espaços utilizam? Caso negativo, do que precisam? Precisam de uma Formação sobre a temática em questão? O que dizem os documentos oficiais sobre EA e as PCANs? Ações do professor de Educação Física na escola para voltadas para essa perspectiva são realizadas? Caso afirmativo, quais? Caso negativo, o que os impede?

Essas são questões desafiadoras e motivadoras que me levaram a buscar o mestrado do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares-PPGFPPI- UPE Campus Petrolina. Atuando como docente na Rede Oficial de Ensino, na área de Linguagens mais especificamente em Educação Física, foi uma das razões para a escolha da linha de pesquisa em Educação, Meio Ambiente e Saúde com o tema “Educação Ambiental e as Práticas Corporais de Aventura na Natureza: práticas pedagógicas dos professores de Educação Física em Petrolina (PE)”, e este estudo contribuirá para a produção de conhecimento de pesquisadores, professores e demais estudiosos.

Pois, qual seria a resposta para educar um mundo em constante mudança? Um caminho possível é a Educação integral, que garante desenvolvimento pleno nos indivíduos, tanto cognitivo quanto emocional, físico, cultural e o social, de forma interdisciplinar, em um projeto coletivo e que conste no PPP envolvendo a escola, as famílias e a comunidade, garantindo assim, uma aprendizagem significativa para todos. Desse modo, desenvolvimento integral é a ideia de que o ser humano é composto de muitas dimensões e que todas podem e merecem ser desenvolvidas. Nesse sentido, autores citados nesta pesquisa, defenderam uma educação mais integral ao longo do tempo: Paulo Freire, John Dewey, Rubem Alves, Gadotti e Edgar Morin.

Logo, dialogaremos com Dias (2004), na dimensão ambiental sobre princípios e práticas de Educação Ambiental; com Freire (1996; 1986), sobre a autonomia pedagógica dos professores e na dimensão das práticas pedagógicas; Gadotti (2009; 2005; 2000; 2011), com suas análises sobre a Educação Integral numa perspectiva emancipadora; e na dimensão das práticas pedagógicas e Rodrigues e Darido (2006), na dimensão da Educação Física, mais especificamente as PCANs.

Pensando no que defendem os autores supracitados, a Educação Física vem corroborar para a formação integral do sujeito com múltiplas possibilidades pedagógicas de construir habilidades, conhecimentos, atitudes e competências para conservar o meio ambiente e fazer educação ambiental formalmente na escola com metodologias compactuadas no PPP e

posteriormente desenvolvidas pelos professores de EF em suas aulas com o trato com o objeto de conhecimento das PCANs na perspectiva da EA. A BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a Educação Integral.

Levantamos um problema: como será que as PCANs podem trazer redefinições de valores e formação de competências essenciais para uma convivência harmônica com o meio ambiente e qual o resultado da investigação sobre as práticas pedagógicas dos professores de EF nos AF, com foco em PCANs na perspectiva da EA? Diante desse questionamento temos uma hipótese: os professores de Educação Física ainda não desenvolvem ações que envolvem as PCANs na perspectiva da EA, nos Anos Finais, mais especificamente nos oitavos e nonos anos.

Diante do exposto, a Dissertação para obtenção de Título de Mestre fica organizada da seguinte forma: **Introdução**, apresenta uma linha do tempo com dados relevantes para o registro memorial, estimulando a neuroplasticidade; as motivações, finalidades e fundamentos da pesquisa e apresenta uma visão geral do que será discutido em cada seção deste trabalho.

Desenvolvimento, apresenta a revisão de literatura com o levantamento da bibliografia já existente sobre o tema a ser estudado; o método com o delineamento da pesquisa para alcançar os objetivos; os resultados que apresentam a exibição dos dados coletados na primeira fase do estudo apresentado em forma de artigo intitulado como: “Imergência nos documentos das escolas estaduais com Anos Finais na cidade de Petrolina: análise documental na perspectiva da Educação Ambiental”, remetendo aos resultados propriamente ditos deste estudo, e foi adequado às normas técnicas do VIII Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada a Gestão Territorial (2021) em <https://doity.com.br/viicbeaagt/artigos> publicado como capítulo de livro (*E-book*).

Na segunda fase do estudo, o artigo dois será adequado às normas técnicas (em *Template* próprio) e encaminhado para um periódico. Um texto reflexivo contribuindo para a prática pedagógica dos professores sobre os resultados, em que foi realizada pesquisa de campo, com aplicação de questionário semiestruturado, visando à amplificação dos dados e informações que pudessem esclarecer melhor a problemática e o objeto em estudo, elucidando percepções, ações e práticas construtoras de um fazer ambiental na escola e de uma Educação Física colaborativa. Consta também o produto final que, segundo o resultado da pesquisa, pudemos contribuir com uma formação com orientações teórico-metodológicas; dialogando com a EA e as PCANs.

E por último, as **Considerações finais**, sobre os achados e discussões e as referências utilizadas na pesquisa.

2. AS DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DA EDUCAÇÃO FÍSICA

2.1. História da Educação Ambiental no Brasil: relato evolutivo com conceitos, concepções e Leis relacionadas à Educação Ambiental

A história da EA tem suas primeiras discussões na década de 1960 no mundo.

Nesse período, o Brasil recebia a visita de ilustres naturalistas – Darwin, Bates (inglês que recolheu e levou 8 mil espécimes de plantas e animais da Amazônia), Warning (dinamarquês que conduziu os estudos do ambiente de cerrado, em Lagoa Santa, Minas Gerais) – despertando a atenção dos estudiosos para a exuberância dos recursos naturais brasileiros, tão apregoadas pelos colonizadores, sendo a participação de brasileiros inexpressiva. (DIAS, 2004, p. 76).

Na década de 70, mais precisamente em 1972, publica-se “o relatório *Os limites do Crescimento*. [...] O documento denunciava a busca incessante do crescimento material da sociedade, a qualquer custo, e a meta de se tornar cada vez maior, mais rica e poderosa, sem levar em conta o custo final desse crescimento”. (DIAS, 2004 p. 79).

Em 1973, foi criado no Brasil a secretaria Especial do Meio Ambiente - Sema. E em 1976, o MEC publica o documento *Ecologia - uma proposta para o ensino de 1º e 2º graus*. Em uma abordagem reducionista, segundo Genebaldo Dias (2004).

Em 1988, é promulgada a Constituição Brasileira e, “por força das articulações dos ambientalistas, consta um capítulo sobre o ambiente e muitos artigos afins, em especial sobre o Poder Público em ‘promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino’ [...]” Capítulo VI, Artigo 255, parágrafo 1, item VI (DIAS, 2004, p. 87). A década de 90, no Brasil, fora marcada pela Rio-92, que de acordo com Dias (2004, p.90) “em termos de EA, corroboraria as premissas de Tbilisi e Moscou e acrescentaria a necessidade de concentração de esforços para a erradicação do analfabetismo ambiental e para as atividades de capacitação de recursos humanos para a área.”.

A Lei nº 9.394, de 20/12/1996, instituiu a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDBE), expôs a Educação Ambiental em sua *práxis* pedagógica e passa a oferecer ao educando uma educação cidadã, pautada na construção de uma cidadania responsável, participativa e crítica. Assim, cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, estimulando interações mais justas entre os seres humanos e os demais seres que habitam o planeta, para a construção de um presente e um futuro sustentável, sadio e socialmente justo, tornando a discussão sobre a EA mais veemente no Brasil.

Sendo assim, a maioria dos autores em EA defende que esta não deve constituir uma disciplina, justamente porque deve transpassar todas as disciplinas do currículo. Nesse sentido, a seguinte citação vem afirmar: “Uma educação que não for ambiental, não poderá ser considerada educação de jeito nenhum” (GRÜN, 1996).

Vale ressaltar que, em 1997, o MEC instituiu os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), cuja EA foi assegurada como Tema Transversal no âmbito escolar, destacando a necessidade de aplicar enfoque interdisciplinar e aproveitando o conteúdo específico de cada área, de modo que se consiga uma perspectiva global da EA.

Conforme o que foi instituído no Plano Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre EA, consta o seguinte: Art. 1º. Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Art. 2º. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. (BRASIL, 1999)

Na Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), consta que não há obrigatoriedade de haver uma disciplina de EA como explicita o Art. 10 § 1º: “A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino” (BRASIL, 1999).

A Educação Ambiental é bem conceituada por Dias (2004, p.523): a “EA é um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornem aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros.”.

A Educação Ambiental proporciona uma melhor divisão entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. E ao ser instigador da cidadania ativa, considerando o sentido de pertencimento e a responsabilidade ambiental, com uma ação conjunta e organizada, permite encaminhar para a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais (SORRENTINO; MENDONÇA; JUNIOR, 2005).

Para Reigota (2011), a Educação Ambiental, na escola ou fora dela, continuará a ser uma concepção radical de educação, não porque prefere ser a tendência rebelde do pensamento

educacional contemporâneo, mas sim porque nossa época e herança histórica e ecológica exigem alternativas radicais, justas e pacíficas.

É nessa liberdade de articulação das múltiplas possibilidades pedagógicas de construir valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências para conservar o meio ambiente e fazer EA formalmente na escola, transcorrendo por todas as disciplinas, principalmente a de Educação Física, ou fora dela de maneira não formal, que se busca um caminho que exija alternativas radicais, e nesse sentido a interdisciplinaridade só tem a contribuir.

Numa perspectiva de direcionar as ações educativas de EA, considerando-as como necessárias nos diversos graus e categorias, atravessando o currículo escolar, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental (DCNEA), homologadas em 15 de junho de 2012, a partir da Resolução n.º 2 do Conselho Nacional de Educação, estabelecem no seu Artigo 8º que:

A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico (BRASIL, 2012, p.3).

Para tanto, é mais que propício o desenvolvimento de uma EA mais efetiva no âmbito escolar, de modo que considere o ser humano na sua integralidade. No Art. 2º das DCNEA apresenta um conceito de EA de que:

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (BRASIL, 2012 p.3).

Desse modo, mostra-se a necessidade do agir pedagógico em EA no espaço escolar se fundamentar nos princípios da interdisciplinaridade, garantindo que a escola dialogue com o contexto social e permita reflexões pertinentes à construção de competências essenciais à formação integral do sujeito, como defendem Silva e Grzebieluka (2015).

[...] a Escola como espaço de Educação Formal que deve corroborar para a formação integral do sujeito, promovendo a efetivação da Educação Ambiental, desde a construção de seus conceitos, concepções e metodologias que constam no Projeto Político Pedagógico, até as ações desenvolvidas pelos professores por meio da práxis educativa. (SILVA E GRZEBIELUKA, 2015, p. 77).

Nesse sentido, espera-se que a EA e as PCANs devam vivenciar a formação integral do sujeito, pois existem orientações com temáticas direcionadas para garantir o uso destas práticas no âmbito escolar, descritas na BNCC (2017). A escola constitui-se de um ambiente que propicia as relações sociais e humanas, onde se interage com a natureza e o meio ambiente (GADOTTI, 2005).

Para Marinho e Schwartz (2005), a educação, através das práticas corporais de aventura, contribui de maneira significativa para a transformação humana social e para reflexão de possibilidades de preservação ecológica. Nesse mesmo direcionamento, Rodrigues e Darido (2006) veem os esportes de aventura no ambiente escolar inseridos dentro de uma temática ligada ao meio ambiente, o que possibilitaria uma amplitude significativa para a experiência e debates durante as aulas tanto de educação física, quanto em outras disciplinas, levando questões da educação ambiental ligada à natureza.

Os esportes de aventuras surgem a partir de novos paradigmas centrados na reaproximação com a natureza, na autorrealização, no lazer e na melhoria da qualidade de vida, os quais buscam substituir os de competição, rendimento e esforço pela incerteza, risco e liberdade (COICEIRO, 2007; COSTA, 2000; MARINHO; BRUHNS, 2003; PASSOS, 2004).

Então, para atender às especificidades exigidas na compreensão e atuação do professor de EF de acordo com suas competências, o seu plano pedagógico deve estar em consonância com as DCNs, devendo atender, dentre outros, aspectos relacionados às habilidades específicas das PCANs nos 8º e 9º anos sucedidos de seus códigos entre parêntese, na BNCC:

(EF89EF19) experimentar e fruir diferentes práticas corporais de aventura na natureza, valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais, respeitando o patrimônio natural e minimizando os impactos de degradação ambiental. **(EF89EF20)** identificar riscos, formular estratégias e observar normas de segurança para superar os desafios na realização de práticas corporais de aventura na natureza. **(EF89EF21)** identificar as características (equipamentos de segurança, instrumentos, indumentária, organização) das práticas corporais de aventura na natureza, bem como suas transformações históricas. (BRASIL, 2017, p.236)

Observa-se então que a ação do professor de EF devem contemplar, através de instrumentos e atividades, o processo de aprendizagem das PCANs nos escolares de acordo com seu ano em estudo e características individuais, sendo necessários, conhecimentos destas práticas para ampliação de estratégias pedagógicas, entendendo-se que nos Anos Finais os estudantes possam ter acesso a um conhecimento mais aprofundado de algumas das práticas corporais, como também sua realização em contextos de lazer e saúde, dentro e fora da escola (BRASIL, 2017).

2.2 A Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular e no Currículo de Pernambuco

A EA na BNCC está citada assegurando esse direito de conhecimento sobre como funciona o ambiente, como dependemos dele, como afetamos e como promovemos a sua sustentabilidade aos escolares da Educação Básica, principalmente aos estudantes dos Anos Finais.

Na BNCC (2017, p.19), no que se refere ao pacto interfederativo e a implementação da BNCC com o subtítulo “Base Nacional Comum Curricular: igualdade, diversidade e equidade”, fica posto no último parágrafo:

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/201218) [...] (BRASIL, 2017, P.19)

Então, com essa proposta de autonomia, o Estado de Pernambuco elabora o Currículo de Pernambuco em cada área de ensino, sendo a de Linguagens com o componente curricular de EF parte integrante deste estudo.

A BNCC apresenta as competências gerais que podem ser desenvolvidas por meio da proposta de abordagens dos temas integradores com os estudantes dos Anos Finais com as PCANs na perspectiva da EA. Os temas integradores da BNCC funcionam como os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e, conforme a Base, são temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global. Devem ser abordados de forma transversal e integradora nos currículos e contemplados nas habilidades dos componentes curriculares de forma contextualizada (BRASIL, 2017 p. 19 e 20).

2.3 Educação Ambiental aplicada à Educação Física

Olhar o meio ambiente, a partir das aulas da EF, torna-se delicado tanto pela abrangência do tema, quanto pela maioria dos professores, que não estão preparados para transmitir aos alunos tal conhecimento devido à falta de informação, permanecendo, muitas vezes, na superficialidade. Mas, a atuação do professor junto aos alunos frente a essas questões ambientais

torna-se um importante instrumento de enfrentamento da realidade social em que os alunos estão inseridos (INÁCIO; MORAES; SILVEIRA, 2013).

Pensar em EF e meio ambiente implica observar a relação homem e meio ambiente, onde as vivências corporais permitem o aprendizado, o desenvolvimento de habilidades e conceitos de corpo e mundo. A discussão acerca dos conteúdos da Educação Física deve ultrapassar o ensino do esporte, atividades rítmicas e expressivas, ginástica, dança, jogos, bem como o conhecimento sobre o próprio corpo, priorizando os seus fundamentos e técnicas, potencializando também os seus valores, atitudes e reflexões (DARIDO *et al*, 2001).

A autora cita ainda a relação entre a EF com a formação cidadã do estudante, apontando temas transversais importantes para estarem integradas ao PPP escolar e, principalmente, na prática do professor, possibilitando o desenvolvimento de habilidades, valores e conhecimentos ambientais. O mesmo referencial, capaz de trazer esclarecimentos sobre o relacionamento entre a sociedade e a natureza, traz também contribuições para o entendimento da relevância da EF como parte integrante da escola, para trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de habilidades e procedimentos no sentido da construção de comportamentos “ambientalmente corretos” (DARIDO *et al*, 2001, p.19).

Para que esses temas sejam abordados com qualidade, é necessário que haja formação inicial e continuada dos professores, de modo que se sintam capazes de ministrar conteúdos que abordem a temática “Meio Ambiente”, no sentido de ampliar a visão de seus alunos, reforçando a importância do seu papel social. Contudo, faz-se necessário uma educação voltada às questões socioambientais que valorizem noções de respeito a vida em todas as suas manifestações e dimensões, e que afirmem os valores como a igualdade, fraternidade, solidariedade e respeito (INÁCIO; MORAES; SILVEIRA, 2013).

Diante desse contexto, a EA deve ser abordada no sentido de entrelaçar a teoria e a prática da EF voltada para a apreensão de valores ambientais. Os problemas outrora vistos como ambientais até a segunda metade do século XX, passam a ser vistos como problemas socioambientais, porque envolvem não somente animais e vegetais, como também a própria espécie humana. Com isso, a inserção da questão socioambiental nas aulas de educação física potencializa a discussão junto aos educandos sobre os elementos da natureza em todas as dimensões (social, cultural, biológica, psicológica...), no sentido de despertar os interesses dos mesmos no desenvolvimento dos valores ambientais (INÁCIO; MORAES; SILVEIRA, 2013).

2.4 Conceituando Práticas Corporais de Aventura na Natureza

Na sociedade atual, tem-se assistido o cultivo de atividades corporais praticadas em espaços abertos, ao ar livre, em ambientes naturais, extraescolares, como caminhadas ecológicas, o mergulho, o *rafting*, o voo livre, *mountain bike*, a canoagem, praticadas na natureza. Tal tendência pode ser evidenciada pela crescente busca dos esportes de aventura, podendo carregar valores que retratam uma nova dimensão do relacionamento homem-natureza, e um novo potencial educacional (RODRIGUES; DARIDO, 2006; INÁCIO, 2006).

Nas PCANs, explora-se expressões e formas de experimentação corporal centradas nas perícias e proezas provocadas pelas situações de imprevisibilidade apresentadas quando o praticante interage com um ambiente desafiador. (BNCC, 2017).

As Práticas Corporais de Aventura são modalidades com maior nível de dificuldade, desafio e imprevisibilidade. Então, as PCANs possibilitam a emancipação social através de elementos como o cuidado de si, o bem-estar e autoestima, sociabilidade e ludicidade, porque o corpo, é também uma construção social e cultural. Além disso, os esportes de aventura, sobretudo aqueles realizados junto à natureza, representam mais uma possibilidade de aproximação entre o indivíduo e o meio ambiente, devido à interação com os elementos naturais (TAHARA *et al.*, 2006; MARINHO, 2004).

Marinho (2001; 2004) e Inácio *et al.* (2005a; 2005b) acrescentam que as atividades esportivas realizadas em ambientes naturais podem proporcionar uma visão reduzida da natureza e, neste caso, a proteção ambiental parece ser irrelevante. Para que isso seja modificado, é essencial que os profissionais de EF, com professores das diversas áreas, estejam discutindo esta temática e possam intervir para que não aconteça uma degradação descontrolada do ambiente. É preciso aprofundar essas questões, exigir um planejamento adequado das atividades esportivas realizadas em meio natural, visando a prevenção, minimização ou eliminação das possibilidades de ocorrência de danos ambientais.

A temática da aventura foi contemplada no Currículo de Pernambuco como objeto do conhecimento da unidade temática intitulada “Práticas Corporais de Aventura” que tem como aprofundamento as práticas corporais de aventura na natureza. Então, para ocorrer as manifestações expressivas dos sujeitos, Betrán (1995) classifica as PCANs da seguinte maneira: em relação ao espaço utilizado, classifica em ambiente pessoal: ambiente no qual essas atividades vão ser organizadas conforme as sensações, emoções e recursos biotecnológicos. E impactos ambientais: que podem ser gerados por essas práticas de maneira elevada, mediana ou

reduzida. Classifica em ambiente social: ambientes que retratam atividades realizadas de um grupo em colaboração com outro grupo; e em ambiente físico: ambiente que trata do meio utilizado para a realização das práticas terra, água ou ar. Sendo Betrán, portanto, o primeiro autor a relatar estudos acerca dessas práticas corporais de aventura na natureza com a denominação de Atividades Físicas na Natureza (AFAN).

Segundo Marinho e Schwartz (2005), as atividades de aventura são compreendidas como diversas práticas manifestadas nos momentos de lazer, apresentando características inovadoras que as diferenciam do esporte tradicional, tanto pelas condições para a prática como pela motivação, sensibilização, objetivos, e meios das mesmas.

Já para Spink (2008), houve um notável crescimento da aventura no cotidiano das pessoas, e que a mídia se encarrega de divulgar as mais diferentes atividades de aventura aumentando o interesse por estas práticas. E para Marinho (2008), a aventura se configura como importante segmento do lazer na sociedade e, também, Bahia (2010) a relaciona com a preservação ambiental.

Podemos perceber a preocupação com a preservação ambiental e a aprendizagem do estudante em outros autores quando dizem que:

Poderia ser avaliado o material a ser utilizado, o impacto ambiental gerado para a construção da cobertura, produção da matéria-prima a ser utilizada, a disponibilidade de recursos financeiros, a forma de captação... A partir da problematização de um fato relacionado à aula de educação física, estaríamos mobilizando uma série de conhecimentos (conceituais, procedimentais e atitudinais) que poderiam ser extremamente úteis ao cotidiano dos alunos sobretudo pelo fato de estimular a vivência social cidadã (RODRIGUES E DARIDO, 2006, p. 3).

Segundo Franco (2010), as atividades de aventura no ambiente escolar podem ser bem efetivas através da EF e dos canais interdisciplinares que essas práticas proporcionam, partindo da discussão acerca da preservação do meio ambiente a aspectos geográficos, históricos e físicos do local que possibilita a prática.

Cada uma das práticas corporais tematizadas compõe uma das seis unidades temáticas abordadas ao longo do Ensino Fundamental. Brincadeiras e jogos, Esportes, Ginásticas, Danças, Lutas e Práticas corporais de aventura que tem como um do seu objeto de conhecimento as PCANs voltadas para os oitavos e nonos anos. Sendo que, para esse segmento de ensino, é assegurado duas aulas semanais de EF.

Para tanto, uma das Competências Gerais da BNCC, a de número 7 (sete), diz que o estudante deve:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BRASIL, 2017, p. 9).

Durante as aulas de EF, o professor, ao aplicar os conteúdos com atividades variadas e pautadas em propostas transversais, pode atender as expectativas dos alunos, oferecendo um conhecimento que vai além do desenvolvimento motor, para que eles possam exercer de fato a cidadania criar um projeto de vida com consciência crítica e ambiental.

Segundo Muller e Machado (2011), ao problematizar, interrelacionar e fundamentar as aulas de EF, proporcionando aos estudantes conhecimentos significativos, estes deixam de realizar as atividades propostas pelo simples “fazer por fazer” e aumenta-se o interesse pela prática. Segundo Lucentini (2010), fica comprovado a possibilidade que a Educação Física possui para abordar temas de relevância social como é o caso do meio ambiente, relacionar conteúdos próprios de sua especificidade com princípios da EA em benefício das crianças, do ser humano, do mundo. É necessário inovar, nada é certo. Mas é preciso aventurar-se.

Diante do exposto, é possível trabalhar a EF, dialogando com a teoria e a prática da disciplina nos contextos de temas ambientais. No entanto, cabe exclusivamente ao professor buscar novos conhecimentos e dar continuidade em sua formação para que sua prática pedagógica seja mais consistente e inovadora no sentido de possibilitar uma ação educativa mais eficaz dentro desta temática

2.5 Práticas pedagógicas: reflexões sobre o papel da Educação Física para com a Educação Ambiental

“Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”. Assim está posto na BNCC (2017), a competência de número 1 (um) específica do componente curricular de EF.

Enquanto práticas pedagógicas, o professor de EF passa a trabalhar com os conhecimentos historicamente construídos sobre as práticas corporais, seus sentidos e seu enquadramento nos valores democráticos e os estudantes têm a oportunidade de relacionar

processos históricos e de grupos culturais diversos ao desenvolvimento dessas práticas corporais de aventura. Por exemplo, compreender o conceito de EA e seus impactos sobre o planeta tendo em vista uma melhoria na qualidade de vida no planeta Terra em que vivemos.

O tratamento das PCANs, nessas aulas, deve envolver olhares de diferentes pontos de vista, grupos, questões éticas, ambientais e o respeito a diferentes culturas e seus modos próprios de criar e vivenciar essas práticas corporais. A competência de número 7 (sete) diz:

[...] que o estudante deve: argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. (BRASIL, 2017 p. 9)

O papel da EF para com a EA, é propor ao estudante, no que se refere ao olhar para si mesmo, compreender o próprio corpo e seu envolvimento em PCANs, bem como os sentimentos decorrentes dessas práticas.

2.6 História da Educação Física no Brasil: relato evolutivo com conceitos, concepções e Leis pertinentes

Assinalaremos alguns caminhos históricos percorridos pela EF no Brasil através de uma linha do tempo. A EF que se ensinava no final do século XIX estava baseada nos métodos ginásticos suecos, alemães e franceses, firmados em princípios biológicos (BRASIL, 2001, p. 20) e era considerada uma atividade escolar obrigatória, com a função de criar corpos fortes, saudáveis e disciplinados, em defesa da pátria. Os exercícios ginásticos eram calistênicos, ou seja, para dar força e vigor ao corpo, e ministrados por instrutores formados pelas instituições militares. Como cita Souza Júnior (org.) *et al* (2011, p.91): “[...] muito mais do que com os militares e estavam coerentes com um modelo de conhecimento pautado no positivismo que se encontrava em ascensão.”.

O contexto dos anos 30 traz uma presença forte da industrialização e urbanização e o estabelecimento do Estado Novo. Nesse momento, a EF se presta a uma necessidade social, como formadora de trabalhadores fortes e capazes de produzir mais. Desse modo, a EF volta-se para o Método Desportivo Generalizado, em que o esporte toma força e passa a ser o elemento que predomina nas práticas pedagógicas. É trabalhado com vistas a competição, rendimento, recorde e vitórias. Como crítica ao modelo autoritário, na década de 1930 surge a EF pedagogicista/tendência escolanovista. O discurso, então, estava voltado para a higiene e a

prevenção de doenças. No Brasil, foi estabelecida como prática obrigatória somente com a promulgação da primeira Constituição em 1937. Fortalecida na Constituição de 1988 com o texto: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p 56).

Desde a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n.º 4.024/1961, já se defende a obrigatoriedade da EF para o ensino primário, que era dos sete aos catorze anos, e médio (BRASIL, 1991). Sendo que, na década de 1970, vinculada ao contexto militar, a EF adota como princípio a *performance*, construída pela técnica e pela pedagogia dominante, dirigida para o método tecnicista. Ligada aos princípios humanistas, surge uma tendência voltada ao movimento Esporte para Todos. Então, na década de 1980, começam a surgir as teorias críticas à EF, que se encontra em uma "crise de identidade", assim como à educação de modo geral. Em 1996, uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação declara a EF como componente curricular, e entra em vigor, a de n.º 9.394/96, com o texto a seguir: "a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos" (BRASIL, 2001, p. 24).

Em 1997, o Ministério da Educação - MEC lança os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para todas as áreas do conhecimento, com dois volumes sendo um deles para o primeiro e segundo ciclo (1.ª a 4.ª série) e o outro para o terceiro e quarto ciclo (5.ª a 8.ª série). Esse documento traz a distinção entre organismo - um sistema estritamente fisiológico - e corpo - que se relaciona dentro de um contexto sociocultural - e aborda os conteúdos da EF como “expressão de produções culturais, como conhecimentos historicamente acumulados e socialmente transmitidos”. Portanto, a presente proposta entende a EF como uma cultura corporal (BRASIL, 2001, p. 25).

Algum tempo depois, o termo "obrigatório" volta a ser mencionado na Lei n.º 10.793/2003, que altera a redação da LDB n.º 9.394/96, ficando assim redigida: Art. 26

§ 3.º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: I - que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II - maior de trinta anos de idade; III - que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; IV - amparado pelo Decreto-Lei n.º 1.044, de 21 de outubro de 1969; V - (VETADO) VI - que tenha prole (BRASIL, 2003, p. 1).

Em 2013, são lançadas pelo MEC as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação Básica, com normas que orientam o planejamento curricular, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Em 2014, essa instituição governamental apresenta o Plano Nacional de Educação (PNE), a saber: O Plano Nacional de Educação (2014/2024) em movimento. Por fim, em 2017, publica-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que define o conjunto de aprendizagens para os alunos, estabelecendo competências e habilidades que todos devem desenvolver ao longo da escolaridade básica. Esse documento se refere à Educação Física como:

[...] componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos e patrimônio cultural da humanidade. Nessa concepção, o movimento humano está sempre inserido no âmbito da cultura e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo todo. Logo, as práticas corporais são textos culturais passíveis de leitura e produção. (BRASIL, 2017, p. 171)

Em meio a tantos debates e discursos para se chegar a uma proposta pedagógica adequada para a escola, surgem algumas tendências metodológicas que fizeram e fazem parte da prática dos docentes de EF. Estão fundamentados nas abordagens críticas, sistêmica e cultural, por acreditarmos que os saberes da cultura corporal de movimento devem ser trabalhados na escola para que os alunos possam se apropriar desses conhecimentos e utilizá-los em várias situações de suas vidas, participando da sociedade de maneira consciente e confiante.

A metodologia empregada nas sugestões de aula não está estanque, mas possibilita uma ampliação ou adaptação por parte dos professores, conforme o PPP da escola. O tempo necessário para cada uma das vivências corporais dependerá da participação dos alunos e da maneira como a atividade for conduzida, podendo ser realizada em um dia de aula ou dois, conforme o caso. A construção do conhecimento pelos alunos se dará por meio da *práxis* pedagógica, ou seja, mediante a vivência prática, da reflexão sobre a cultura corporal de movimento e da ressignificação dos conteúdos.

A Educação Física, assim como os demais componentes do currículo escolar, deve comprometer-se com o desenvolvimento pleno dos estudantes e, por sua especificidade, promover o incremento das dez competências gerais previstas na BNCC. Para alcançar esse objetivo, as aulas de Educação Física ganham novos contornos, competências e habilidades

específicas que visam orientar os currículos das redes de ensino e o planejamento de aulas dos professores. (MEC, 2021).

Assim sendo, é reafirmada na proposta atual da BNCC, que o corpo, os gestos e os movimentos estão no foco de atenção da intervenção pedagógica. Então, se buscamos a educação integral de todos os indivíduos e é-nos dado o direito de trabalharmos com temas transversais, cabe a nós um questionamento: e por que não em consonância com o meio ambiente?

2.7 A Educação Física na Base Nacional Comum Curricular

A BNCC define as aprendizagens essenciais que devem ser garantidas ao longo do processo de escolarização dos estudantes brasileiros. Assumindo na EF a abordagem da cultura corporal de movimento, possibilita a ampliação do foco para incluir e integrar outras abordagens.

Nesse mesmo documento, a EF é compreendida como componente curricular que tematiza as práticas corporais nas unidades temáticas de jogos e brincadeiras, danças, lutas, esportes e práticas corporais de aventura. E propõe o desenvolvimento de habilidades em cada unidade temática, bem como as sugestões para a progressão das aprendizagens nos Anos Iniciais e Finais, e o que muda na prática pedagógica quando planejamos as aulas para desenvolver as competências do componente. Traz a tematização das práticas corporais a partir das 08 (oito) dimensões de conhecimento: experimentação, uso e apropriação, fruição, reflexão sobre a ação, construção de valores, análise, compreensão e protagonismo comunitário.

Segundo a BNCC (2017),

A Educação Física é o componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história. Nessa concepção, o movimento humano está sempre inserido no âmbito da cultura e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo todo” (BRASIL, 2017, p. 213).

A concepção da linguagem corporal no âmbito da cultura significa dar uma nova visão às práticas corporais, acrescentando ao percurso formativo das aulas de EF a experimentação junto com a reflexão e produção de novos sentidos para as práticas. A visão cultural permite

unir as práticas corporais e o trabalho com valores, atitudes, autoconhecimento, reflexão crítica e não o fazer por fazer (BNCC, 2017).

A EF de forma integrada ao trabalho com as demais linguagens amplia o papel das aulas do componente curricular em questão na formação dos alunos dos AF, pois ela deixa de tratar apenas a dimensão física das práticas corporais para integrar o desenvolvimento das competências gerais da BNCC e da Área de Linguagens. Sendo assim, as habilidades da BNCC no componente EF para os AF estão organizadas em dois blocos: habilidades a serem desenvolvidas no sexto e sétimos anos e habilidades para o oitavo e nonos anos.

A delimitação das habilidades privilegia oito dimensões do conhecimento ao longo do Anos Finais. Nessa abordagem, especificam-se: experimentação, essa dimensão chama atenção para a vivência das práticas corporais; a dimensão do uso e apropriação se refere a realização da prática corporal de forma autônoma; a dimensão da fruição vem nos chamar atenção para a apreciação estética das experiências sensíveis geradas pelas práticas corporais; já a dimensão da reflexão sobre a ação, refere-se ao conhecimento gerado na observação das próprias vivências corporais e dos outros; e na dimensão da construção de valores, vem trabalhar a partir das vivências e das discussões coletivas em torno delas e na dimensão da análise, buscando entender as características e o funcionamento das práticas corporais (saber sobre); e na dimensão da compreensão: esclarecimento do processo de inserção das práticas no contexto sociocultural; na dimensão do protagonismo comunitário, chama atenção para as atitudes e ações voltadas à democratização do acesso às práticas corporais (BNCC, 2017).

Nesse sentido, o documento da BNCC destaca que

Não há nenhuma hierarquia entre essas dimensões, tampouco uma ordem necessária para o desenvolvimento do trabalho no âmbito didático. Cada uma delas exige diferentes abordagens e graus de complexidade para que se tornem relevantes e significativas. Considerando as características dos conhecimentos e das experiências próprias da Educação Física, é importante que cada dimensão seja sempre abordada de modo integrado com as outras, levando-se em conta sua natureza vivencial, experiencial e subjetiva. Assim, não é possível operar como se as dimensões pudessem ser tratadas de forma isolada ou sobreposta. (BRASIL, 2017, p. 222)

Para tanto, as aulas de Educação Física serão compreendidas de forma que as práticas corporais como objetos, que por sua própria natureza, integram-se com os processos de conhecimento dos alunos nas demais linguagens e áreas do conhecimento (MEC, 2017).

Então, discorreremos sobre as competências que estão relacionadas ao estudo e que merecem evidência; a competência 1(um) traz como reflexão: como compreender a origem da

cultura corporal de movimento e que grupos culturais criaram essa prática? Em que sentido ela se diferencia de práticas do contexto comunitário e regional? Onde ela é realizada? Há diferentes possibilidades de acesso a essa prática em função de marcadores sociais como gênero, etnia e condição econômica?

Questões relevantes na competência 2, o planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades das práticas corporais, especialmente das PCANs. Como aprendo os movimentos, regras, materiais e estratégias dessa prática? Praticamos essa prática a partir de valores democráticos? Como conseguimos realizar essa prática adaptando materiais, espaços, regras aos nossos interesses e aos valores de respeito, diversidade e inclusão de todos e todas? Como vivenciamos essa prática incluindo pessoas com deficiência e ou colegas com alguma dificuldade? Como podemos propagar esses conhecimentos para a comunidade?

A competência 3 traz-nos o refletir criticamente sobre as relações entre a realização das práticas corporais, mas especificamente as PCANs. Como posso cuidar da saúde em práticas corporais de que eu goste? Quais as possibilidades reais de praticar atividades corporais em função das condições de vida na cidade em contato com a natureza? Que fatores sociais, culturais e econômicos regulam o envolvimento de diferentes grupos culturais em práticas corporais para a saúde? Como posso cuidar do meu corpo nas atividades cotidianas, analisando criticamente as condições de trabalho e lazer da cidade e o meio ambiente? Que cuidados devem ser tomados com a prática de atividades corporais quando estiver em meio à natureza? Que cuidados devo ter quando estou em meio à natureza, associados às minhas práticas corporais?

Já na competência 8, o usufruir das práticas corporais de forma autônoma pode ser problematizado da seguinte forma: como posso realizar práticas corporais no meu lazer? Como posso conhecer pessoas, ampliar laços em práticas corporais? Como posso estimular a comunidade a se envolver em práticas corporais, no caso, as PCANs?

Então, na competência 9, reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão deve ser problematizado como: reconheço as práticas corporais de lazer como direito de todos? Incentivo outras pessoas da comunidade a participarem de práticas corporais? Posso agir em instâncias de representação social e participação democrática para reivindicar o direito de acesso às práticas corporais de aventura na natureza? Como faço isso?

Reflexões pertinentes no âmbito da educação escolar no que se refere às práticas corporais e ao sujeito enquanto cidadão autônomo. Como diz Gadotti (2011, p. 100): “Educar

para outros mundos possíveis supõe um novo paradigma, um paradigma holístico.”. Reafirmando o que foi dito: educar com EA e com as PCANs faz-se necessário nessa visão holística.

2.8 A Educação Física no Currículo de Pernambuco: trabalhando na área das linguagens

A presença da EF no currículo escolar faz-se necessário a partir das premissas gerais da BNCC. A EF está integrada à área de linguagens e destaca o esforço das aulas em tratar o conhecimento sobre as práticas corporais em conexão com as aprendizagens das demais linguagens. Essas aulas mostram um campo da cultura especialmente importante para a formação dos estudantes, que é a cultura corporal (PERNAMBUCO, 2019). Então, Darido *et al* (2018) vêm reafirmar que

A Educação Física está inserida na área de Linguagens, pois as práticas corporais presentes na cultura corporal de movimento se apresentam como textos culturais, permitindo produção, reprodução, leitura e interpretação. Os gestos constituem a linguagem corporal que possuímos e transformamos nos âmbitos culturais. Eles são responsáveis por expressar desejos, emoções, sentimentos e mensagens diversas. Nessa perspectiva, durante o processo pedagógico, os movimentos humanos não são abordados de forma isolada, mas considerados com base nas questões socioculturais que permeiam o dia a dia dos alunos (DARIDO *et al*, 2018, p.8).

O Currículo de Pernambuco e as aulas de EF foram pensados a partir de suas contribuições para o desenvolvimento das competências gerais da BNCC. Assim os professores necessitam criar condições para que os estudantes tenham oportunidade de aproveitar os conteúdos propostos com o objetivo de apoiá-los a compreender suas origens culturais, os modos de aprender e ensinar essas práticas, condutas sociais, e emoções a princípio. Nesse sentido, o importante é que os alunos possam compreender as práticas corporais no contexto cultural, por meio da experimentação, apropriação, uso e análise.

Sendo assim, o ensino de EF na escola trata da compreensão, (res)significação e usufruto das práticas corporais como instâncias de manifestação da linguagem corporal. Materializadas e culturalmente situadas, constituem o objeto de estudo deste Componente Curricular então denominado Cultura Corporal de Movimento. Situada na área de Linguagens, a Educação Física tem como pressuposto abordar tais conhecimentos, referendando-os em competências relacionadas à sua compreensão, exploração e valorização como construções humanas

significativas e relevantes ao processo de comunicação ao longo da história (ELIAS, 1994; PERNAMBUCO, 2019).

Então, o Componente Curricular Educação Física busca estimular o senso crítico, a autonomia e o protagonismo da compreensão e do usufruto das práticas corporais que compõem seu universo cultural (DARIDO, 2003; RODRIGUES, 2015; PERNAMBUCO, 2019). Tudo isso mediante a articulação entre habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos estudantes e organização do trabalho pedagógico voltado para a tematização de cada Unidade Temática em seus respectivos objetos de conhecimento.

2.9 Projeto Político Pedagógico e suas relações com a Educação Física e a Educação Ambiental

Projeto é um “termo que vem do latim: *projectu*, do verbo *projicere*, que significa lançar para diante” (VEIGA 1998, p. 11-35). Diante disso, o Projeto Político Pedagógico é um instrumento de definição de caminhos e rumos que se pretende tomar para possibilitar um trabalho escolar sistemático e organizado.

O PPP, ainda segundo Veiga (2002), é constituído por sete elementos básicos: a) as finalidades da escola; b) a estrutura organizacional; c) o currículo; d) o tempo escolar; e) o processo de decisão; f) as relações de trabalho e g) a avaliação.

O conceito de PPP precisa estar bem esclarecido na concepção dos professores. Ele é *político* por estar ligado à formação de cidadãos e *pedagógico* por conter a intencionalidade da escola (VEIGA, 2002). Toda escola tem autonomia para elaborar o seu PPP, considerando o contexto em que está inserida, a sua realidade social e a necessidades da comunidade. Para Veiga (2002, p. 02), “é preciso entender que o projeto político-pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula”.

Para Gadotti (2005), é mediante a Gestão Democrática que crianças, jovens e adolescentes participam das decisões na escola pública. A construção do PPP visa, portanto, a participação democrática da sociedade na vivência escolar. Veiga (2002) destaca que a liberdade deve ser considerada, também, como liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a

arte e o saber direcionados para uma intencionalidade definida coletivamente. Essa liberdade para aprender e ensinar está em *ser professor* ou *ser educador*?

Gadotti (2011, p.109) diz-nos que “Os dois maiores educadores do século passado, John Dewey (1859-1952) e Paulo Freire (1921-1997), cada um a seu modo, procuraram responder a essa questão [*ser professor, ser educador*], e centram suas análises na relação entre ‘educação e vida’, reagindo às pedagogias tecnicistas do seu tempo”.

Então, o *ser professor* e o *ser educador* buscam o sentido da vida, a valorização de um ser humanizado. Nessa libertação é que as propostas no PPP na escola são feitas. Palestrando com Ira Shor, Freire afirma que “[...] enquanto professor libertador, sou muito claro a respeito do que quero. Não obstante, não manipulo os estudantes. Isto é que é difícil. Apesar de certa clareza sobre o meu ‘amanhã’, meu ‘lá’, não posso manipular os estudantes para trazê-los comigo para o meu sonho. [...]” (FREIRE; SHOR, 1986, p. 186-187). Temos que ser democráticos e isto não é fácil quando queremos ser éticos.

A concretização democrática da EA reside no fato do PPP possibilitar, dentro de suas concepções e intencionalidade, a articulação dessa temática aos diferentes conteúdos das diversas áreas do conhecimento, em Linguagens. Por exemplo, mais especificamente com o componente curricular EF, o que contribui, potencialmente, para a formação integral do sujeito. Além disso, conforme Morin, na Educação Ambiental crítica, o conhecimento, para ser pertinente não deriva de saberes desunidos e compartimentalizados, mas da apreensão da realidade a partir de algumas categorias conceituais indissociáveis aos procedimentos pedagógicos (MORIN, 2002, p. 45).

Desse modo, essa integração da EF e EA produz situações que tornam a aprendizagem mais dinâmica e mais eficaz, provocando a reflexão e o questionamento, que podem alcançar perspectivas de transformação em diferentes esferas, como as relacionadas aos problemas sociais, econômicos, políticos, se presentes no PPP das escolas.

2.10 Formação de Professores em Educação Ambiental e Educação Física em questão

A continuidade na formação do professor se tornou indispensável devido à velocidade das informações, como reflexão e fundamentação a sua prática. Nesse sentido, conforme Gadotti (2011, p. 41), “a formação continuada do professor deve ser concebida como reflexão, pesquisa, ação, descoberta, organização, fundamentação, revisão e construção teórica e não

como mera aprendizagem de novas técnicas, atualização em novas receitas pedagógicas ou aprendizagem das últimas inovações tecnológicas.”.

E como está posto na DCNEA (2012 p.2;3):

O reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidencia-se na prática social [...] Art. 11. A dimensão socioambiental deve constar dos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, considerando a consciência e o respeito à diversidade multiétnica e multicultural do País. Parágrafo único. **Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender de forma pertinente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Educação Ambiental.** (BRASIL, 2012 p. 2; 3, grifo nosso)

Diante disso, a formação continuada dos profissionais de Educação em especial e os de Educação Física deve acontecer como está no texto da DCNEA com o propósito de atender os princípios e objetivos da EA e pode-se acrescentar, de acordo com esta pesquisa, o conhecimento e apropriação da cultura corporal regional e local.

Nas obras de Silva, Maldonado e Oliveira (2016), existem diversas propostas de inserção do conteúdo de aventura acontecendo no Brasil, em escolas públicas, o que enaltece a capacidade deles em encontrar conectados com estudantes formas de se desenvolver o conhecimento a cerca desta cultura corporal no país.

Segundo Franco (2010), o professor deve estar capacitado para evitar acidentes, e alguns incidentes durante as aulas, além de estar preparado para ministrar as atividades físicas de aventura. Além disso, o professor deve estar capacitado para isso, e principalmente, apto para evitar e resolver acidentes e incidentes.

Diante do exposto, podemos afirmar ser o professor de EF mesmo não estando capacitado é o responsável para atuar nas escolas públicas ainda que “com a cara e a coragem”. A formação continuada deverá ter como paradigma uma prática inovadora em contínuo desenvolvimento, exigindo do profissional uma atualização constante não somente em eventos, cursos e encontros, mas nas reflexões permanentes e autônomas sobre a sua prática pedagógica.

Ao nível governamental estadual, há professores recém-formados, contratados para a docência no Ensino Fundamental. Tardif (2002) auxilia-nos na reflexão acerca dos padrões de formação frequentemente empregados nos cursos de licenciatura, que pouco consideram os saberes construídos e mobilizados pelos docentes no seu dia a dia, bem como as crenças e

representações dos futuros professores sobre o ensino, tendo deste modo pouco impacto sobre seu trabalho ao iniciarem a carreira profissional.

Tardif (2002) afirma ainda que o saber docente é um saber plural, pois é construído por diversos fatores, como, por exemplo o conjunto de saberes transmitidos pelas instituições de formação de professores, e de saberes que correspondem ao diverso campo do conhecimento e emergem da tradição cultural, como também de programas escolares e do trabalho cotidiano também chamado de experienciais. O que, ao nosso ver, exige muito do professor, principalmente a capacidade de dominar, integrar (interdisciplinar) e mobilizar tais saberes enquanto condição para a sua prática pedagógica. No Reorganizador Curricular de Pernambuco (2019), podemos encontrar sugestões de conteúdos e objetos de ensino para os professores trabalharem as habilidades dos estudantes por bimestre na educação física escolar.

Para Alves e Shiosaki (2019), “Esta prática de saberes docentes ou troca de conhecimentos por bimestres é aconselhável e oportuna, pois traz o desejo de pertença e de estarem sempre conectados fazendo links multidisciplinar e interdisciplinar [...]”, onde há benefícios para a EA e para EF escolar.

A formação para professores passa por um conhecimento adquirido temporalmente e essa contribuição é para poder tornar a vida mais sustentável no planeta. Gadotti (2011, p. 85) diz que “Mais do que educar para o desenvolvimento sustentável, devemos educar para a sustentabilidade ou, simplesmente, educar para uma vida sustentável.”. Seguindo ainda a mesma linha de pensamento, complementa: “Chamamos de sustentável o estilo de vida que harmoniza a ecologia humana e a ambiental mediante tecnologias apropriadas, economias de cooperação e o empenho individual.”.

Então, as PCANs podem e devem proporcionar esse estilo de vida pessoal e individual neste momento em que vivemos uma pandemia em pleno século XXI. Como afirma Gadotti (2011, p.85), “É um estilo de vida intencional que se caracteriza pela responsabilidade pessoal, serviço aos demais e uma vida espiritual com sentido.”.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva com abordagem qualitativa, com desenvolvimento em estudo de campo. Dentre as várias categorias de pesquisa, Minayo (2003) considera que a pesquisa exploratória tem uma importância a parte por delimitar o objeto da pesquisa, bem como definir os objetivos desta. Na mesma linha de raciocínio, Michel Thiollent (2003) esclarece que a pesquisa exploratória consiste, em um primeiro levantamento, no diagnóstico do problema a ser pesquisado. Após o levantamento das informações iniciais, o pesquisador poderá estabelecer os objetivos da pesquisa. Já a pesquisa descritiva, citando-se Gil (2008), como o próprio nome diz, descreve as características de determinada população ou fenômeno, envolve técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionários e observação, assumindo determinada forma de levantamento e abarca diversas situações da vida social, política e econômica do comportamento humano, obtendo dados da realidade (CERVO; BERVIAN; SILVA 2007).

Então, para Minayo (2014), a pesquisa qualitativa preocupa-se com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes.

A primeira fase da pesquisa consistiu na análise de documentos investigados. “A Análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse” (CAULLEY apud LÜDKE e ANDRE, 1986, p.38). Ludke e André (1986) nos diz que os documentos constituem uma fonte natural de informações poderosas de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações. “A vantagem da pesquisa documental é que os materiais ainda não receberam um tratamento analítico, possuem uma fonte rica de dados e que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45). Serviram de documentos: a BNCC versão final (2017); o Currículo de Pernambuco (2019); Organizador Curricular de Educação Física (2019); Plano de aulas dos professores de Educação Física; e Projetos Políticos Pedagógicos de 14 (catorze) Escolas Públicas Estaduais de Petrolina Zona Urbana com Anos Finais, onde se averiguou se havia presença de EA e das práticas corporais de aventura na natureza.

Foi realizada uma revisão na literatura vigente fundamentando teoricamente a pesquisa, por livros, artigos disponíveis em Bancos de Dados, sobre Educação Ambiental, Educação

Física Escolar, práticas corporais de aventura na natureza, Projeto Político Pedagógico, práticas pedagógicas e Formação de professores.

As escolas *lócus* da pesquisa situam-se na área urbana de Petrolina, Estado de Pernambuco, com os seguintes códigos aqui postos em ordem numérica arábica de forma aleatória para conservação da integridade das mesmas neste estudo: E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14.

3.1 Acesso e seleção do acervo documental

O acesso ao acervo documental das Escolas de Anos Finais foi disponibilizado pela Gerência Regional de Educação do Sertão do Médio São Francisco (GRE) através do Termo de Autorização, viabilizando, assim, a realização de coleta e análise de dados.

Utilizaram-se os documentos que norteiam o fazer educativo na escola, tais como: Projetos Político Pedagógicos, Planos de aulas dos professores de Educação Física das 14 (catorze) Escolas com Anos Finais localizadas em Petrolina-PE. Sendo que os Planos de aulas foram disponibilizados no Sistema de Informações da Educação de Pernambuco (SIEPE) através de uma senha gerada para uso desta pesquisa e disponibilizada pelo Núcleo de organização e Monitoramento da Rede Escolar (NMR), com analistas da GRE. A BNCC, o Currículo de Pernambuco e o Organizador Curricular de Educação Física foram usados bases de dados na *internet*.

3.2 Pré-análise dos documentos

Todos os documentos, objeto de estudo da pesquisa, foram lidos em um primeiro momento: a BNCC, o Currículo de Pernambuco, e o Organizador Curricular de Educação Física. No caso dos PPP, o recorte temporal foi de setembro a dezembro de 2019, para ser possível identificar aqueles que apresentavam dados importantes para a investigação, seguida da transcrição literal de todos os trechos em que se mencionavam a questão ambiental, a existência de Educação Ambiental nas escolas, as práticas corporais de aventura na natureza e como estavam estabelecidas as ações e/ou projetos.

3.3 Coleta e análise dos dados dos documentos

Os dados dos documentos foram constituídos por 14 (catorze) planos de aulas e 14 (catorze) PPPs de escolas estaduais, zona urbana, dos anos finais na cidade de Petrolina, Pernambuco. Com os seguintes códigos, preservando a não identificação das mesmas: E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13 e E14.

A exploração documental foi orientada pelas fases propostas por Bardin (2011). Inicialmente foi empreendida leitura de todos os documentos para familiarização do conteúdo e para composição dos dados analíticos. Na sequência, os extratos textuais relevantes foram destacados e agrupados, segundo a sua frequência, permitindo a construção de unidades de sentido e assegurando a elaboração de categorias empíricas, elaboradas *a posteriori*, a partir dos elementos que surgiram na exploração dos dados.

Os Documentos examinados foram localizados e selecionados; no diário eletrônico disponibilizado no site da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, denominado SIEPE, no endereço www.siepe.educacao.gov.br e documentos impressos na secretaria das escolas visitadas, previamente autorizados para uso da pesquisa, conforme categorias elencadas no **Quadro 1**.

Quadro 1. Categorias temáticas, subcategorias e unidades de sentido emergidas da análise documental dos PPPs de escolas estaduais, zona urbana, do Ensino Fundamental-Anos finais da cidade de Petrolina, Pernambuco e planos de aulas de professores de Educação Física.

Categorias temáticas	Subcategorias	Unidade de sentido
Educação Ambiental	Práticas Interdisciplinares	 Planejamento curricular entre áreas.  Papel do professor no processo de aprendizagem.  Lei da Educação Ambiental/Função da escola no processo de aprendizagem.  Formação/conhecimento dos professores.  Políticas Educacionais.
		 Diálogos de disciplinas no processo de aprendizagem.

Práticas corporais de aventura na natureza.	Práticas pedagógicas.	 Papel da família no processo de aprendizagem.  Formação/conhecimento interdisciplinar do professor.
Meio ambiente, escola e comunidade	Convívio no âmbito escolar.	 Locais para as práticas corporais no processo de aprendizagem; formais e não formais.

Fonte: Elaborada pela autora

Para que o nome das escolas não fosse revelado, preservando, assim, os envolvidos no processo, para a composição do *corpus*, foram usadas, aleatoriamente, um consolidado com uma codificação específica, como mostra o **Quadro 2**.

Quadro 2 – Codificação atribuída as Escolas Públicas Estaduais com Anos Finais da cidade de Petrolina (PE)

Escolas Públicas Estaduais da cidade de Petrolina – zona urbana com AF	Codificação específica
(Escola Antônio Cassimiro, Escola de Aplicação, Profª Vande Souza, Colégio da Polícia Militar Anexo I, Escola D. Antônio Campelo, Escola Eduardo Coelho, Escola Moysés Barbosa, Escola Eneide Coelho Paixão, Escola Joaquim André, Escola Padre Luís Cassiano, Escola Poeta José Raulindo, Escola Prof. Manoel Xavier Paes Barreto, Escola Prof. Humberto Soares, Escola Marechal Antônio Alves Filho.)	Escola E1
	Escola E2
	Escola E3
	Escola E4
	Escola E5
	Escola E6
	Escola E7
	Escola E8
	Escola E9
	Escola E10
	Escola E11
	Escola E12
	Escola E13

	Escola E14
--	------------

Fonte: Elaborada pela autora

Para que o nome dos professores não fosse revelado, preservando, assim, os envolvidos no processo, para a composição do *corpus*, foram usadas, aleatoriamente, um consolidado com uma codificação específica, como mostra o **Quadro 3**.

Quadro 3 – Codificação atribuída aos Professores de Educação Física com Anos Finais

Professores de Educação Física	Codificação atribuída aos Professores
Professores de Educação Física que atuam nas Escolas Públicas Estaduais com Anos Finais – Zona urbana de Petrolina (PE)	P1
	P2
	P3
	P4
	P5
	P6
	P7
	P8
	P9
	P10
	P11
	P12
	P13
	P14
	P15
	P16
	P17
	P18

	P19
--	-----

Fonte: Elaborada pela autora

Nesta primeira fase da análise documental, foi elaborado um recorte deste estudo para a escrita de um artigo submetido, aceito e publicado em um capítulo de *E-book* no VIII Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada a Gestão Territorial (2021) em <https://doity.com.br/viicbeaagt/artigos>. Artigo intitulado como: Imergência nos documentos das escolas estaduais com Anos Finais na cidade de Petrolina: análise documental na perspectiva da Educação Ambiental, consta na íntegra na seção de Resultados e Discussões desta dissertação.

Na segunda fase do estudo, foi realizada pesquisa de campo, com aplicações de questionário semiestruturado, visando à amplificação dos dados e informações que pudessem esclarecer melhor a problemática e o objeto em estudo, elucidando percepções, ações e práticas construtoras de um fazer ambiental na escola e de uma Educação Física colaborativa.

3.4 Elaboração e aplicação dos questionários semiestruturado

Para desenvolvimento deste estudo, estabeleceram-se critérios de inclusão e exclusão, mencionando-se que foram incluídos todos os professores das Escolas Públicas estaduais com Anos Finais, localizadas na zona urbana do município de Petrolina-PE e excluídos os professores de escolas que não sejam de zona urbana com Anos Finais dessa cidade.

O estudo foi desenvolvido obedecendo aos princípios éticos e legais que regem a pesquisa com seres humanos, dispostos na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde.

Inicialmente, solicitou-se à gerente executiva da GRE - Petrolina/PE autorização para a realização da pesquisa, bem como para a utilização formal do nome das instituições no relatório final da investigação, caso necessite explicitá-los.

A coleta de dados foi iniciada após a aprovação da pesquisa pelo CEP e dos sujeitos do estudo, cientes da natureza da pesquisa, dos seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que essa pudesse acarretar, através da assinatura do TCLE – Termo de Consentimento e Livre Aceite, autorizando a participação voluntária na pesquisa.

Consideraram-se os riscos e desconfortos que pudessem surgir durante a pesquisa, de origem intelectual, social ou cultural. Assim, de modo a evitar algo dentro desses padrões, no

ato da aplicação da entrevista, respeitou-se a privacidade dos participantes no envio do formulário.

Entre os benefícios que podem ser esperados da pesquisa, incluiu-se maior conscientização dos professores para atuarem também como educadores ambientais em sala de aula nos Anos Finais, no que diz respeito à importância das PCANs na perspectiva da Educação Ambiental.

Nessa direção, foram elaboradas as questões para o questionário, à luz dos estudos voltados para o desenvolvimento de Educação Ambiental e das Práticas Corporais de Aventura na Natureza em âmbito escolar, visando recolher e registrar de forma sistematizada e organizada os dados necessários sobre as práticas pedagógicas de EA e de PCANs. As questões foram previamente elaboradas e submissas ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Pernambuco (CEP), obtendo-se o parecer de aprovação n.º 3.777.229 - CAAE 253704190.0.0000.5191, que segue as determinações éticas para a pesquisa com seres humanos no que diz respeito às diretrizes e normas que regulamentam as pesquisas envolvendo seres humanos, contidos na Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, com acesso via Plataforma Brasil.

Foi exigida como obrigatoriedade para participação do estudo, a aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), não havendo consequências da recusa em participar. Toda e quaisquer informações adquiridas através desta pesquisa será utilizada para constituir a mesma, não as utilizando para fins que não sejam acadêmicos e de divulgação científica, preservando o sigilo de toda natureza para não constranger, ir contra os princípios dos envolvidos ou quaisquer pontos que não abordem o fator da dignidade humana.

Cada participante foi adequadamente informado sobre os objetivos, método e procedimentos de pesquisa; além dos riscos e benefícios previstos. Adicionalmente foram avisados de que a participação é livre e a retirada do Consentimento não incorre em ônus.

Os dados obtidos estão sendo usados exclusivamente para os propósitos da pesquisa e ao publicar os resultados, os mesmos serão preservados com exatidão. As informações obtidas não poderão ser mantidas em rigorosa confidencialidade, pois, algumas delas deverão ser publicadas em periódicos científicos. Os dados a serem publicados serão impessoais e integrados ao conjunto daqueles dos demais voluntários da pesquisa. A identidade e os dados de caráter pessoal específicos, em tudo que depender do pesquisador no respeito à lei, serão mantidos em absoluto sigilo.

Os dados coletados nesta pesquisa, gravações, entrevistas, fotos e filmagens, ficarão

armazenados em pastas de arquivo no computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora Terezinha Abel Alves, na Rua Maurício de Nassau nº 208, Bairro Gercino Coelho, Petrolina - PE pelo período mínimo de 5 anos, conforme Resolução 466. Os pesquisadores principais se colocarão à disposição para esclarecimento de eventuais dúvidas.

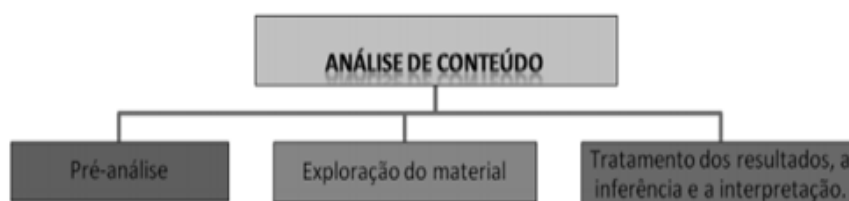
3.5 Análise dos dados obtidos a partir dos questionários

Deste modo, os dados que compõem o *corpus* foram coletados por questionários aplicadas aos professores, durante os meses de setembro e outubro de 2020 e disponibilizadas para professores do componente curricular de Educação Física, por meio do *Google forms*, seguindo os protocolos de segurança, devido à pandemia causada pelo coronavírus Covid-19. Das 14 (catorze) escolas participantes da pesquisa, a o questionário semiestruturado atingiu um universo de 19 (dezenove) professores.

O questionário foi composto por 24 questões; sendo 17 (dezesete) fechadas e 07 (sete) questões abertas. Cada questão do questionário foi analisada numa perspectiva de identificar quais as percepções, concepções e ações permeiam a prática dos professores de Educação Física sobre a Educação Ambiental e Práticas Corporais de Aventura na Natureza, além de averiguar se na prática pedagógica em Escolas públicas Estaduais com Anos Finais, há presença de Educação Ambiental e Práticas Corporais de Aventura na Natureza sob os pontos de vista teórico e prático.

A análise de dados ocorreu a partir da técnica Análise de Conteúdo de Bardin (2009): A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não). (BARDIN, 2009, p. 42). A orientação desse processo da Análise de Conteúdo dá-se em três fases como aborda a **Figura 1**:

Figura 1 - Três fases da Análise de Conteúdo



Fonte: As três fases da Análise de Conteúdo (Bardin, 2009, p. 51)

A pré-análise é uma fase de organização para sistematizar as ideias iniciais. Esta fase compreende um primeiro contato com os documentos que são submetidos à análise, a formulação das hipóteses e objetivos, a elaboração de planos que orientarão a interpretação das informações coletadas e a preparação do material. Nessa fase, os dados foram coletados e organizados da seguinte forma: a) Leituras dos documentos; BNCC, CPE, PPPs e Planos de aulas dos professores de EF; por meio de um questionário semiestruturado.

Na segunda fase, foi explorado o material compreendendo a codificação, decomposição, de modo tornar os dados significativos e válidos. Nessa fase, codificar representa: a) escolher as unidades (o recorte); e b) escolher as categorias (a classificação e a agregação) e subcategorias. É o momento de problematizar as ideias para que dialoguem com outras fontes do estudo. Dessa forma, as proposições trazidas a partir do questionário semiestruturado formaram categorias com palavras-chave que foram agrupadas considerando temas correlatos e analisadas com base no referencial teórico (BARDIN, 2009).

Na terceira fase, depois de tratados os dados obtidos, foram propostas inferências, possibilitando interpretações associadas aos objetivos estabelecidos ou a novas descobertas, permitindo conclusões que auxiliem no desenvolvimento da pesquisa.

A seguir, são apresentados os resultados referentes ao questionário semiestruturado, sendo que as questões do questionário foram analisadas numa perspectiva de identificar quais as percepções, concepções e ações que permeiam a prática dos professores de EF sobre a EA e PCANs, além de averiguar se na prática pedagógica em Escolas Públicas Estaduais com AF, há presença de EA e PCANs sob os pontos de vista teórico e prático, observando o que se consolida como pontos de dificuldades dos professores para incluir o tema Educação Ambiental e as Práticas Corporais de Aventura na Natureza na escola e em suas aulas. O **Quadro 4**, apresenta categorias com palavras-chave agrupadas a partir de temas correlatos e que serão analisadas com base no referencial teórico ou novas descobertas (BARDIN, 2009).

Quadro 4- Categorias temáticas, subcategorias e unidades de sentido trazidas a partir do questionário semiestruturado com os professores de EF das Escolas Públicas Estaduais com Anos Finais.

Categorias temáticas	Subcategorias	Unidade de sentido
		 Lei da Educação Ambiental  Políticas Públicas

Educação Ambiental	Percepções, concepções e ações Práticas pedagógicas	 Importância da Educação Ambiental para o professor de EF  Formação/conhecimento dos professores.  Papel do professor no processo ensino-aprendizagem  Impactos ambientais
Práticas Corporais de Aventura na Natureza.	Percepções, concepções e ações Práticas pedagógicas.	 Políticas Educacionais  Planejamento das aulas de EF  Impactos ambientais  Benefícios das PCANs  Formação/conhecimento dos professores.  Comunidade/Família no processo ensino-aprendizagem

Fonte: Elaborada pela autora

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Artigo

Imergência nos documentos das escolas estaduais com anos finais na cidade de Petrolina: análise documental na perspectiva da Educação Ambiental

Immergence in the documents of state schools with final years in the city of Petrolina: document analysis from the perspective of Environmental Education

Terezinha Abel Alves

Mestranda no PPGFPPI da Universidade de Pernambuco

tna3112@hotmail.com

Ricardo Kenji Shiosaki

Orientador/Professor do PPGFPPI da Universidade de Pernambuco

ricardo.shiosaki@upe.br

Resumo

Trata-se de estudo de abordagem qualitativa e caráter exploratório, que analisou os projetos políticos pedagógicos (PPP) e os planos de aula dos professores de Educação Física (EF), no ano de 2019. Investigando sobre a presença da Lei de Educação Ambiental (EA), estabelecimentos de ações voltadas para a EA e para as Práticas Corporais de Aventura na Natureza (PCAN). Os Documentos foram localizados no diário eletrônico da Secretaria da Educação do Estado de Pernambuco, denominado SIEPE e escolas. Foi empreendida análise documental de 14 planos de aulas e de 14 PPPs, cujos resultados demonstram que tais documentos não trazem explicitamente a intencionalidade de adoção dos marcos teórico-conceituais e metodológico interdisciplinar da EF para com a EA. No entanto, valorizam estratégias pedagógicas reflexivas e reconhecem a necessidade de desenvolvimento de competências específicas, comuns e interdisciplinares. Dessa forma, os documentos apresentam uma oportunidade para aplicação dos pressupostos da interdisciplinaridade na EF para com a EA nas escolas públicas, subsidiando o desenvolvimento de competências para as práticas interdisciplinares.

Palavras-chave: Projetos Políticos Pedagógicos; Práticas Corporais na Natureza; Interdisciplinaridade.

Abstract

This is a study with a qualitative approach and exploratory character, which analyzed the pedagogical political projects (PPP) and the lesson plans of Physical Education (PE) teachers, in the year 2019. Investigating the presence of the Environmental Education (EE), establishments of actions aimed at the EE and for the Corporeal Practices of Adventure in the Nature (CPAN). The Documents were located in the electronic diary of the Education Secretariat of the State of Pernambuco, called SIEPE and schools. Documentary analysis of 14 lesson plans and 14 PPPs was carried out, the results of which demonstrate that such documents do not explicitly bring the intentionality of adopting the theoretical-conceptual and methodological interdisciplinary frameworks of PE towards EE. However, they value reflective pedagogical strategies and recognize the need to develop specific, common and interdisciplinary skills. In this way, the documents present an opportunity to apply the assumptions of interdisciplinarity in PE to EE in public schools, subsidizing the development of skills for interdisciplinary practices.

Keywords: Political Pedagogical Projects; Corporeal Practices in Nature; Interdisciplinarity.

1. INTRODUÇÃO

Em tempos atuais a necessidade da interdisciplinaridade na formação dos profissionais de educação, principalmente de Educação Física (EF) se faz imprescindível, sobretudo, quando se fala em EA. Em pleno século XXI o caráter dinâmico e complexo da realidade de vida e saúde das pessoas em plena pandemia do Covid-19, evidencia cada vez mais a necessidade de reorientação do modelo de educação, conseqüentemente, da formação dos profissionais de educação. O modelo atual, centrado no saber técnico do profissional de educação, e uma

formação focada nas competências específicas (sem interdisciplinaridade) repercutem no desenvolvimento de um perfil profissional incompatível para o enfrentamento desse contexto (FREIRE FILHO *et al*, 2018).

Conforme o que foi instituído no Plano Nacional de Educação Ambiental-PNEA Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre EA, compreende o seguinte: Art. 1º. Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. E no Art. 2º, a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (BRASIL, 1999).

Neste processo permanente, a escola constitui-se de um ambiente que propicia as relações sociais e humanas, onde se interage com a natureza e o meio ambiente. (GADOTTI, 2005).

Para esta interação, precisamos ter o entendimento da interdisciplinaridade enquanto profissionais da educação comprometidos com a formação do cidadão crítico em uma sociedade caótica, em que vivemos atualmente.

Fazenda (1996) coloca com muita propriedade a interdisciplinaridade como postura frente ao conhecimento, então, nesta mesma linha de pensamento, vislumbrando a possibilidade de mudança, em relação a EA, Dias (2004 p.255) nos diz que

A EA, **por ser interdisciplinar**; por lidar com a realidade; por adotar uma abordagem que considera todos os aspectos que compõem a questão ambiental – socioculturais, políticos, científico-tecnológicos, éticos, ecológicos etc.; por achar que a escola não pode ser um amontoado de gente trabalhando com outro amontoado de papel; por ser catalisadora de uma educação para a cidadania consciente, pode e deve ser o agente otimizador de novos processos educativos que conduzem as pessoas por caminhos onde se vislumbra a possibilidade de mudança e melhoria do seu ambiente total e da qualidade da sua experiência humana. (DIAS, 2004p.255. grifo nosso.)

A Educação Física busca, mediante articulação entre habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos estudantes e organização do trabalho pedagógico voltado para a tematização de cada Unidade Temática em seus respectivos objetos de conhecimento, estimular o senso crítico, a autonomia e o protagonismo da compreensão e do usufruto das práticas corporais que compõem seu universo cultural (DARIDO, 2003; RODRIGUES, 2015; PERNAMBUCO, 2019).

A presença do PPP na escola se dá por escolha da comunidade em querer formar uma identidade para a instituição escolar e definir os papéis dos atores envolvidos; docente, discentes, gestão e comunidade, e não apenas por exigência da gerência de ensino.

A concepção de comunidade e de educação conforme é defendida por Morin (2008; 2011) e Hall (2011) contribuem para refinar uma concepção de identidade e de práticas identitárias. Recorre-se ainda a Gadotti (2000); Pimenta (1993), entre outros, para repensar a escola e suas práticas.

Romão e Gadotti (1994, p. 42) expressam uma concepção de Projeto Político Pedagógico (PPP) a partir da perspectiva de construção de uma escola cidadã. Percebe-se que a preocupação central que os autores atribuem ao PPP é de propor uma direção, um caminho para os atores envolvidos a partir de seus questionamentos.

Para este trabalho, buscou-se a possibilidade para adoção dos elementos teóricos e metodológicos de uma educação interdisciplinar no componente curricular de EF para com a EA, investigando sobre a presença da Lei de EA, estabelecimento de ações voltadas à educação ambiental e para as Práticas Corporais de Aventura na Natureza, nos documentos examinados: Planos de aulas dos professores de EF e os PPPs.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, realizada no ano de 2019. A abordagem qualitativa se apresenta coerente frente ao objeto da pesquisa. Minayo (2003) considera que a pesquisa exploratória tem uma importância à parte por delimitar o objeto da pesquisa, bem como definir os objetivos desta. O caráter exploratório se mostra adequado por permitir maior aproximação dos aspectos ainda pouco conhecidos nos planos de aulas dos professores de EF e dos PPPs relacionados às possibilidades que eles apresentam para a adoção de prática interdisciplinar na EF para com a EA no âmbito escolar, evidenciando questões importantes, tais como potenciais dificuldades, sensibilidades e resistência para o tema em estudo (TEODORSON, 1970).

Os dados da pesquisa foram constituídos por 14 (catorze) planos de aulas e 14 (catorze) PPPs de escolas estaduais, zona urbana, dos anos finais na cidade de Petrolina, Pernambuco. Com os seguintes códigos, preservando a não identificação delas; E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13 e E14.

A exploração documental foi orientada pelas fases propostas por Bardin (2011). Inicialmente foi empreendida leitura de todos os documentos para familiarização do conteúdo e

para composição dos dados analíticos. Na sequência, os extratos textuais relevantes foram destacados e agrupados, segundo a sua frequência, permitindo a construção de unidades de sentido e assegurando a elaboração de categorias empíricas, elaboradas a ‘posteriori’, a partir dos elementos que emergiram na exploração dos dados.

Os Documentos examinados foram localizados e selecionados no diário eletrônico disponibilizado no site da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, denominado SIEPE, no endereço www.siepe.educacao.gov.br e documentos impressos na secretaria das escolas visitadas, previamente autorizados para uso da pesquisa, conforme categorias elencadas no **Quadro 1**.

Quadro 1. Categorias temáticas, subcategorias e unidades de sentido emergidas da análise documental dos PPPs de escolas estaduais, zona urbana, do Ensino Fundamental-anos finais da cidade de Petrolina, Pernambuco e planos de aulas de professores de Educação Física.

Categorias temáticas	Subcategorias	Unidade de sentido
Educação Ambiental	Práticas interdisciplinares	 Planejamento curricular entre áreas.  Papel do professor no processo de aprendizagem.  Lei da Educação Ambiental/Função da escola no processo de aprendizagem.  Formação/conhecimento dos professores.  Políticas Educacionais.
Práticas corporais de aventura na natureza.	Práticas pedagógicas.	 Diálogos de disciplinas no processo de aprendizagem.  Papel da família no processo de aprendizagem.  Formação/conhecimento interdisciplinar do professor.
Meio ambiente, escola e comunidade	Convívio no âmbito escolar.	 Locais para as práticas corporais no processo de aprendizagem; formais e não formais.

Fonte: Autoria própria

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Pernambuco – CEP/CONEP por meio do parecer número 3.777.229 - CAAE 253704190.0.0000.5191.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura dos 14 PPPs e dos 14 planos de aula, nesta ordem, permitiu a elaboração de categoriais temáticas de análise, apresentadas a seguir:

Educação Ambiental > Práticas interdisciplinares

Na concepção de currículo, presente no PPP da escola E1, encontram-se algumas descrições de que a escola trabalha a Educação Ambiental.

O currículo escolar deve, portanto, possibilitar ao aluno estabelecer relações com o meio ambiente, percebendo-se parte dele; entender as relações de trabalho estabelecidas entre os homens, bem como se entender como integrante de uma cultura, valorizando suas formas próprias de pensar, agir e de se expressar, sem desconsiderar o intercâmbio entre as diferentes culturas. E, finalmente, é preciso que a escola ofereça ao aluno oportunidades para ele se apropriar das linguagens do seu tempo. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, ESCOLA E1, p. 34).

Percebeu-se que a EA, no PPP da escola E2, aparece como uma sugestão temática, e sua concepção não integra os fundamentos teóricos e metodológicos deste documento no que diz respeito aos anos finais. No entanto, as questões ambientais aparecem em um projeto de feira de ciências atendendo os estudantes também de Ensino Médio.

O PPP da escola E3, expressa que “É importante ressaltar que, além das diretrizes contidas nos PCNs, o currículo (...) inclui temas transversais acerca de EA, (...) em consonância com o previsto na Constituição do Estado de Pernambuco, em seu art. 195.5” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, ESCOLA E3, P. 59).

No PPP da escola E4, aparece a expressão “Educação Ambiental”, que é singular e que nos leva a acreditar que algum projeto possa ter vindo a ser desenvolvido ao longo dos anos letivos de 2019 e 2020 e que aspectos relacionados ao diálogo e ao desenvolvimento de habilidades que necessitam da integração de diversos professores de áreas diferentes tenham acontecidos.

Mesmo encontrando pequenas evidências, a escola E5 não faz menção ao desenvolvimento de um Projeto específico de EA, no entanto, é dada ao professor, a liberdade de escolher temas e trabalhá-los nos conteúdos estabelecidos para as diferentes áreas do conhecimento. “A escola alicerça o seu trabalho estimulando o respeito, o amor, a solidariedade, a justiça, a cultura de paz, aos direitos humanos e a sustentabilidade do nosso planeta”. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, ESCOLA E5, P. 14).

Percebeu-se que a EA, no PPP da escola E6, aparece em um projeto interdisciplinar, sendo apenas para atender os estudantes do Ensino Médio.

O PPP da escola E7 aponta para que na concepção de EA, não está integrada nos fundamentos teóricos e metodológicos do documento no que diz respeito aos anos finais, mas o professor tem autonomia para interagir com outras áreas.

O PPP da escola de E8 apresenta em um dos objetivos específicos a questão do “Oportunizar um diálogo entre os conhecimentos curriculares, transdisciplinares e transversais” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, ESCOLA E8 p.14 e 16).

O PPP da escola E9 traz-nos traços da EA quando nos diz que a

Compreensão do ambiente natural (...). (...) Fazer uso da Pedagogia do Diálogo, estimulando a vivência de conteúdos diversificados e concretizados em um determinado contexto histórico, a partir dos projetos interdisciplinares... (...) incentivar a participação da comunidade nas atividades escolares, a partir de encontros com os diversos segmentos da comunidade escolar e local (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, ESCOLA E9, p.09e 20)

Entendeu-se que a EA, nos PPPs das escolas E10 e E11, aparece como uma sugestão temática, e não integra os fundamentos teóricos e metodológicos deste documento, na sua concepção, no que diz respeito aos anos finais.

No PPP da escola E12, a EA aparece fortalecendo o sentido de orientações em projetos interdisciplinares. Então, foi encontrado o seguinte: “Desenvolvimento de projetos educativos, visando à interação interdisciplinar, a participação da comunidade escolar (...)”. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, ESCOLA E12 – p.09).

No PPP da escola E13, percebeu-se que, na sua concepção, não integra a EA nos fundamentos teóricos e metodológicos desse documento. No entanto, as questões ambientais aparecem desvinculadas do PPP, sendo apenas sutil a presença.

A escola E14 aponta que na sua proposta pedagógica que há um esforço para

Ser capaz de continuar aprendendo; preparar-se para o trabalho e o exercício da cidadania; ter autonomia intelectual e pensamento crítico; ter flexibilidade para adaptar-se a novas condições de ocupação; compreender os fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos; relacionar a teoria com a prática. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, ESCOLA E14, P. 27-28).

Nos planos de aulas e PPPs dos professores há referência aos valores éticos, políticos, sociais e morais que são indispensáveis ao desenvolvimento do cidadão em sua plenitude, que podem subsidiar o desenvolvimento da Educação Ambiental, no sentido de fortalecer laços de solidariedade e tolerância recíproca e a formação individual que permeia cada um. Todos falam a questão de explicitar o compromisso com a formação do cidadão.

Práticas corporais de aventura na natureza > Práticas pedagógicas

No que se refere aos Planos de aulas dos professores de Educação Física examinados no Sistema desenvolvido para permitir a elaboração dos projetos educacionais de acordo com a política de financiamento educacional – SIEPE, em 99% dos planos de aulas não há presença de ações voltadas para a EA.

No entanto, em um dos 14 planos de aula, consta no objetivo a frase “jogo e a relação do indivíduo com o meio ambiente” o que nos dá uma ideia de direcionamento para a EA, mas não nos deixa claro esse sentimento. Nesse mesmo plano, foi encontrado estabelecimento de ações voltadas para a EA; “realizando atividades nas aulas de educação física na natureza”.

Meio ambiente, escola e comunidade > convívio no âmbito escolar

No que diz respeito aos PPPs e Planos de aulas dos professores, examinou-se que se faz necessário uma política de formações para trabalhar questões voltadas para a EA e PCANs, nas Escolas Públicas Estaduais, na zona urbana da cidade de Petrolina.

3.1 Discussões

A escolha dos documentos: Planos de aulas e dos PPPs como objeto desse estudo se justifica pela compreensão de que tais documentos representam instrumentos orientadores do processo formativo, demarcando suas intencionalidades. É bem verdade que explorar as propostas pedagógicas apresenta limitações por não permitir aprofundamento sobre o cotidiano das escolas, mas é, ao mesmo tempo, o reconhecimento de seu papel nos processos de mudança ou continuidade da formação.

O presente estudo verificou que há evidência da presença da educação ambiental na escola através de muitos PPPs, mas, na prática o professor ainda não está preparado para trabalhar com os estudantes como foi verificado em seus planos de aulas.

Então, dados do Censo Escolar 2004 (VEIGA *et al*, 2005)

Indicam que 94% das escolas do ensino fundamental têm atividades de educação ambiental, portanto a temática ambiental se universalizou nas escolas. No entanto, o mesmo levantamento aponta que essas ações quase sempre são desenvolvidas fora do projeto pedagógico da escola. Podemos dizer que a dinâmica escolar ainda estimula pouco a participação e cria raras situações em que se compartilha a formulação de projetos, isto é, situações didáticas em que é necessário articular conteúdos e estratégias em função de objetivos comuns. (VEIGA *et al*, 2005)

De acordo com Freire (2001; 2002), é preciso considerar a realidade social que está pautada na trama das relações e das correlações de forças que formam a totalidade social.

Discorre ainda, que é preciso perceber as particularidades na totalidade, porque nenhum fato ou fenômeno se justifica por si mesmo, isolado do contexto social onde é gerado e se desenvolve. E é nesse pensar dialético crítico sobre a realidade que possamos transformá-la com ações voltadas para a Educação Ambiental em aulas de Educação Física ou em outro componente curricular no âmbito da escola.

O PPP da escola de E8 traz uma discussão interessante quanto aos conceitos educacionais propostos por Vygotski (1991) que é a zona de desenvolvimento proximal como sendo o conceito que mais se aplica na área da educação, pois é na zona de desenvolvimento proximal que deve acontecer a intervenção pedagógica do professor, seja através de projetos interdisciplinares ou em planejamentos de aulas com temas interdisciplinares como a educação Ambiental nos anos finais.

Já o PPP da escola E13 (2019 p.5) conceitua-o como “um documento que apresenta elementos norteadores de todo o fazer educativo, tornando-se também, uma fonte inspiradora para o êxito de toda a equipe”. Nesse sentido, temos uma grande esperança em fortalecer o sentido de formações orientadas e embasadas nas perspectivas da educação ambiental. Além de interdisciplinar, esse é também um processo de inclusão. E com o pensamento de ratificar o movimento de ruptura por que passa o mundo atual em relação às práticas sociais de exclusão. A escola na totalidade precisa compreender e assumir seus ideários, e para isso, significa posicionar-se integralmente no paradigma da inclusão (FREIRE, 1996).

Logo, o trabalho com a Educação Ambiental, em escolas como a E4, e no Componente curricular de EF com o objeto de conhecimento das PCANs, deve transpor a visão simplista e descontextualizada, partindo para o desenvolvimento de ações significativas, na qual seja possível, para o educando, estabelecer vínculos de aprendizagem com o espaço que o cerca, como vieses para o empoderamento comunitário, para a preservação da natureza e combate a degradação do meio ambiente, com atitudes visíveis.

A análise dos documentos permitiu identificar os elementos que conformam os contextos educacionais e revelam seu potencial para a adoção dos pressupostos teórico-conceituais e metodológicos de uma prática interdisciplinar na educação física para com a Educação Ambiental no âmbito escolar.

Espera-se que as escolas que possuem projetos bem elaborados os coloquem em práticas. Nesse estudo, constatou-se também que há projetos que precisam de uma melhor elaboração, e

que as escolas precisam mostrar no PPP as várias atividades que desenvolvem e não estão planejadas no PPP e em seus planos de aula seja diário, bimestral ou anual.

Na análise dos planos de aulas, observou-se que é preciso que os professores participem de atividades no âmbito escolar e não apenas das aulas que são ministradas. Pela ausência das categorias/elementos nos PPP e planos de aulas, pode-se afirmar que muitos professores mostram resistência em desenvolver um trabalho de forma colaborativa com a gestão em projetos interdisciplinares e/ou transdisciplinares, ainda que aleguem trabalhar em outra local. O papel do professor não é apenas com as aulas que são ministradas, ele pode assumir, na medida do possível, outras funções, inclusive a de compreender como as atividades estão sendo desenvolvidas.

Tais documentos demonstram que não trazem explicitamente a intencionalidade de adoção dos marcos teórico-conceituais e metodológico interdisciplinar da EF para com a EA, mas se mostram potentes para a adoção dessa abordagem., enquanto valorizam estratégias pedagógicas reflexivas.

Dessa forma, os documentos apresentam uma oportunidade para aplicação dos pressupostos da interdisciplinaridade, e até mesmo da transdisciplinaridade na educação física para com a Educação ambiental nas escolas públicas, subsidiando o desenvolvimento de competências para as práticas de PCANs e EA.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos indicam que a Educação Ambiental na Escola, se for tratada interdisciplinarmente, potencializa o desenvolvimento de práticas reflexivas, que realmente contribuem para uma melhor investigação das possíveis causas e efeitos da problemática ambiental que assola a sociedade atualmente. No entanto, a leitura dos documentos aponta que a realidade ainda está bem distante do que se espera, tanto na definição de concepções que devem estar contidas principalmente no Projeto Político Pedagógico, quanto nos planos de aulas apresentados pelos professores para o desenvolvimento da Educação Ambiental e das Práticas corporais de Aventura na Natureza.

Ao analisar os planos de aulas, e o PPP, dessas 14 escolas e verificar como os professores pensam através de seus planos de aulas e como não promovem ações ainda voltadas para as PCANs na perspectiva da EA nesses espaços de Educação Formal. Foi possível perceber que ainda existe um longo caminho a ser percorrido, em direção a uma orientação teórica-metodológica de interdisciplinaridade do componente curricular EF para com a EA, capaz de

contribuir para a construção de uma nova ética e posturas que realmente promovam a transformação da realidade que nos encontramos. Embora, permitam-nos a construção de competências necessárias, pelas quais possamos fomentar a reflexão e sensibilização do educando sobre a EA e as PCANs presentes no universo de pesquisa deste trabalho, que se mostrou pouco presente no PPP das escolas analisadas e dos planos de aulas dos professores de EF; no movimento dialético e formas de organização e ações estabelecidas. Talvez tivesse presente essa intencionalidade que permeia o despertar de uma consciência ambiental e a necessidade de formação dos professores para a realização destas práticas em espaços da educação formais e/ou não formais.

Apesar da ausência desses elementos, a pesquisa traz uma importante consideração: a necessidade de pensar sobre propostas pedagógicas mais sistematizadas, como maior clareza dos fundamentos teórico-conceituais e metodológicos. Nessa conjuntura, ressalta-se que o PPP, enquanto instrumento institucional, que expressa os valores, os objetivos e os métodos pedagógicos, precisa ser consistente e revelar de forma esclarecedora estes elementos condutores para o processo ensino-aprendizagem.

Enfatizamos a necessidade de outras possibilidades de reflexões para compreender a escola como comunidade e a importância desses documentos para a comunidade escolar, pois são instrumentos interdisciplinares, por aproximarem pressupostos teóricos-metodológicos e comunidade escolar. Assim, urge a necessidade em repensar a EF com o objeto de conhecimento: práticas corporais de aventura na natureza como campo que requer, no que lhe concerne, problematizar questões mais amplas do que apenas as práticas de ensino-aprendizagem de brincadeiras e jogos, como possibilidade para adoção dos elementos teóricos e metodológicos de uma educação interdisciplinar na disciplina no componente curricular de EF para com a EA.

Dessa forma, os documentos apresentam uma oportunidade para aplicação dos pressupostos da interdisciplinaridade na educação física para com a Educação ambiental nas escolas públicas, subsidiando o desenvolvimento de competências para as práticas interdisciplinares.

Nesse aspecto, a EA e as PCANs precisam estar incorporadas ao PPP, pois é fundamental para o despertar da consciência do cidadão, frente à problemática socioambiental que nos cerca. A Educação Ambiental deve estar presente de forma abrangente no PPP, permeando todos os níveis de ensino em caráter formal e não formal (BRASIL, 1999).

Então, despertam-nos ainda muitas questões como esta: como aprender a conviver com o meio ambiente, preservando-o, em uma aula de Educação Física?

6. REFERÊNCIAS

BARDIN L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 2011.

BRASIL, Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm acesso em 04 de março de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1991. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1991.

DARIDO, S. C. Educação física na escola: questões e reflexões. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2004.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Integração e interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetividade ou ideologia. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREIRE FILHO, J. R.; MAGNANO, C.; COSTA, V.M.; FOSTER, C. A. Cursos de especialização ofertados no âmbito do Mais Médicos: análise documental na perspectiva da Educação Interprofissional. 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0842> Acesso em 04 de março de 2021.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. Algumas reflexões em torno da utopia. In: FREIRE, Ana Maria Araújo. Pedagogia dos sonhos possíveis. São Paulo: UNESP, 2001.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 32.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. São Paulo em Perspectiva, 14 (2), 2000.

GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico. In: MEC, Anais da Conferência nacional de Educação para Todos. 28/8 a 2/9/94. Brasília, 2005.

HALL, S. A identidade Cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2011.

MINAYO, M. C. S.; GOMES, S. F. D. R. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

MORIN, Edgar. *Cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. Currículo de Pernambuco. Linguagens e suas Tecnologias. Recife, 2019.

PIMENTA, Selma Garrido. Questões sobre a organização do trabalho na escola. Série Idéias: a autonomia e a qualidade do ensino na escola pública. nº 16, São Paulo: 1993.

ROMÃO; GADOTTI, M. Projeto da escola cidadã: a hora da sociedade, IPF, 1994.

RODRIGUES, J. R. B. **Base Nacional Comum Curricular** – Educação Física (referencial teórico). Texto introdutório elaborado como fundamentação para o planejamento e realização de Encontros de Formação Continuada de Professores de Educação Física da Rede Pública Estadual de Pernambuco – UEFAF/GEPAF/SEDE/SEE-PE. Recife, 2015.

THEODORSON, G.A. A modern dictionary of sociology. London: Methuen; 1970.

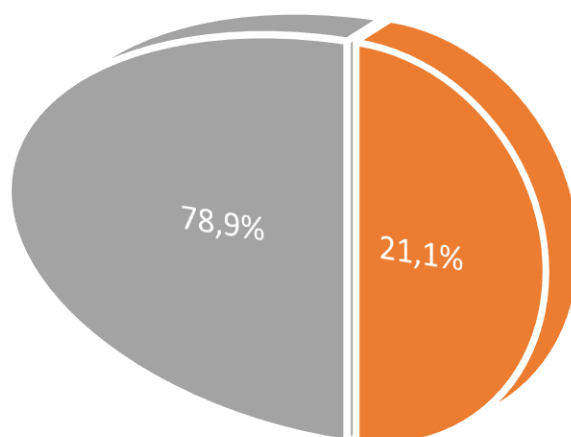
VEIGA, A.; AMORIM, E.; BLANCO, M. Um retrato da presença da Educação Ambiental no Ensino Fundamental Brasileiro: o percurso de um processo acelerado de expansão. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

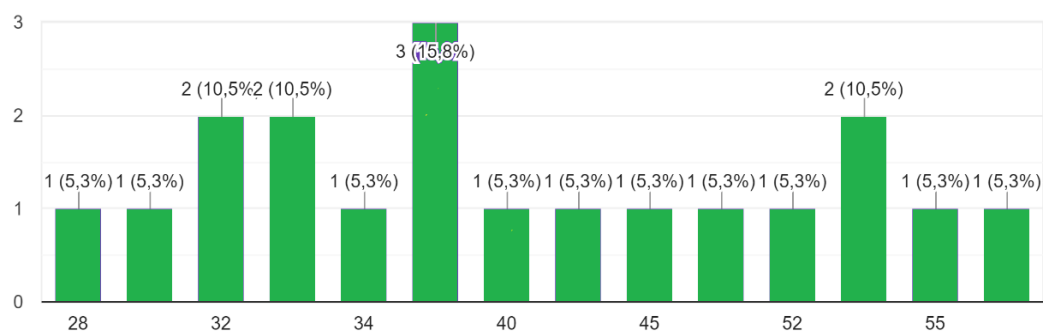
4.2 Narrativa dos dados coletados a partir das respostas dos professores de EF com Anos Finais.

Para esta pesquisa, o gênero dos participantes, na sua maioria, foi do sexo masculino (78,9) sendo ainda um número pequeno (21,1%) os do sexo feminino no universo dos profissionais de EF, que dialoga com um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil, a de número 5 (cinco), como está posto no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); igualdade de gênero que diz: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. E profere “acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte”, e tem como meta no Brasil: “Eliminar todas as formas de discriminação de gênero [...]”. A faixa etária dos participantes nesta pesquisa, na sua maioria está entre 34 e 40 anos e teve outro tanto na faixa de 52 a 55 anos. Todos os participantes têm formação inicial em Educação Física e apresentam até dez anos de docência em sua maioria. Assinala ainda que todos os participantes lecionam no 8º e 9º ano, o que é bem significativo para a pesquisa, visto que as PCANs são objetos de estudo deste binário. E que um número bastante interessante (42,1%) não tem conhecimento sobre a Lei de Educação Ambiental. O que está exposto neste parágrafo pode ser visualizado nas Figuras 2, 3, 4, 5, 6 e 7 a seguir.

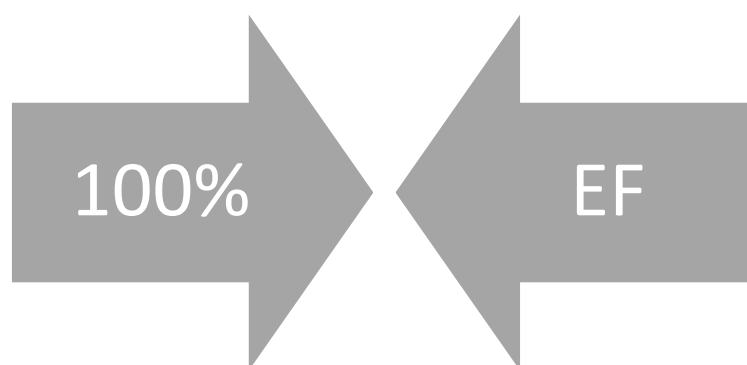
Figura 2 – Gênero dos participantes



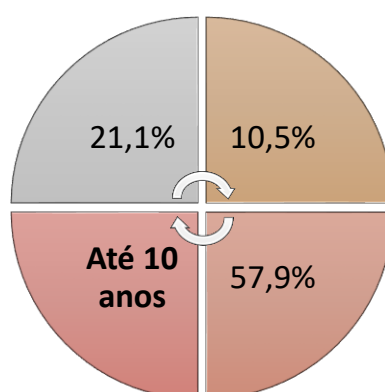
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Plataforma *Google Forms* (2020)

Figura 3 – Idade dos participantes

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Plataforma *Google Forms* (2020)

Figura 4 – Formação dos participantes

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Plataforma *Google Forms* (2020)

Figura 5- Tempo de docência dos participantes

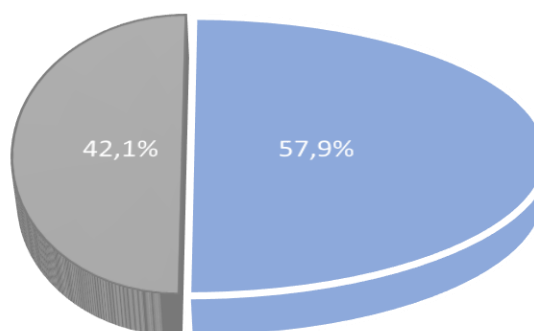
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Plataforma *Google Forms* (2020)

Figura 6- Ano em que leciona os participantes



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Plataforma *Google Forms* (2020)

Figura 7. Conhecimento dos participantes sobre a Lei de Educação Ambiental.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Plataforma *Google Forms* (2020)

O roteiro do questionário permitiu a elaboração de categorias temáticas de análise apresentadas a seguir, como disposto no **Quadro 4**, anteriormente.

Educação Ambiental.> Percepções, concepções e ações

A pesquisa aponta que a maioria dos participantes afirma ser a EA de fundamental importância mostrando o compromisso que os mesmos têm para com a EA, seja para uma melhoria de qualidade de vida ou para uma experiência com a natureza, e fica explícita em

algumas falas a seguir;

P3: muito importante.

P4: Porque é fundamental para que as pessoas se tornem mais conscientes sobre a sustentabilidade e a importância de construir um futuro mais limpo para as próximas gerações. ...Valores, habilidades, competências, métodos e conhecimento ambiental. sociais, habilidades, competências, métodos e conhecimentos ambiental. (SIC)

P6: Fundamental no desenvolvimento do aluno no espaço que está inserido.

P7: Tem grande importância, tendo em vista a necessidade da preservação do meio ambiente, da sustentabilidade, da forma como o homem se relaciona com o meio ambiente

P12: Total importância

P15: A educação ambiental ela é de suma importância, pois ao preservar é fundamental para manter a saúde de todos! (SIC)

P19: De fundamental importância pra vida

Dialogando com Genebaldo Dias (2004, p.218), ele acrescenta que podemos ter [...] “um compromisso de ação orientado por comportamentos adequados em busca de melhoria e elevação da qualidade de vida, e em consequência da qualidade de experiência humana.”. Não afirmo aqui o conceito de desenvolvimento humano pelo autor citado, mas as considerações sobre o desejado, o que se espera afinal da importância da EA para o professor de Educação Física escolar.

Quando perguntados sobre os impactos ambientais que os praticantes podem causar realizando as práticas corporais de aventura na natureza ao meio ambiente, dez professores afirmaram impactos negativos, conforme referidos a seguir;

P1: Se não forem orientados podem gerar poluição para o meio ambiente.

P2: Poluição, comprometimento do habitat natural dos animais, da vegetação (SIC)

P4: Descaracterização sociocultural, impactos na paisagem pela abertura e utilização de trilha, erosão e compactação do solo e etc.

P8: vários, desde que se posicione na defesa da natureza e sempre buscando alternativas e ações de conservação da mesma.

P11: Poluição

P12: Sujeira

P14: Na minha opinião, os maiores riscos que os praticantes podem causar no meio ambiente, e o caso de mal uso, como deixar resíduos que pode causar a poluição, tal como o desmatamento, que contribui para um prejuízo maior ao ambiente! (SIC)

P15: Sem informação quanto a importância do meio ambiente, impactos negativos, mais o inverno é verdadeiro também! (SIC)

P18: Poluição

P16: Em grande parte não.

P19: Destruição do meio ambiente

No entanto, cinco dos professores acreditam que teremos impactos positivos desde que os estudantes sejam bem orientados e quatro deles acreditam em impactos nulos. Para tanto, percebeu-se na fala dos professores a justificativa do uso da palavra “conscientização.” Veja a seguir:

P5- Conscientização do meio o qual está inserido.

P6- Impactos positivos, tendo em vista a sua melhor relação com o meio ambiente, maior consciência e respeito com a natureza.

P10- Nenhum, se for utilizado com conscientização

P17- Se houver uma conscientização e um propósito, julgo positivo pois resistimos em uma região muito favorável ao ensino dos valores sociais da Educação Ambiental. (SIC)

Sobre conscientização ambiental, vale dialogar com Paulo Freire (1982), no sentido de que educar-se é conscientizar-se, e que "conscientização" significa desvelamento crítico das instâncias de dominação existentes e transformação da realidade rumo a uma sociedade sem opressores nem oprimidos.

As leituras na BNCC (2017) levam-nos a crer que a relação da ação do ser humano no ambiente é um tema cada vez mais importante na educação. Na EF, pode-se abordar questões como a poluição ambiental e o urbanismo, que reduzem os espaços para realização das PCANs, as quais possibilitam articulação direta com a EA e outras práticas corporais.

Colaborando com a afirmação acima, Gadotti (2011 p. 107) afirma que “[...] Educar holisticamente é entender o ser humano como um ser que transcende, que ultrapassa todos os limites, ‘até o último horizonte’, como diz Leonardo Boff” (2000, apud GADOTTI, 2011, p.107).

Correspondentemente, as experimentações de diferentes emoções e sensibilidades podem conduzir os seres humanos a diferentes formas de percepção e de comunicação com o

meio em que vivem. Por isso, a importância de compreender os diferentes significados que a relação dos seres humanos junto à natureza tem assumido. O que não significa afirmar que isso é satisfatório e dar por encerrados, discussões tão complexas.

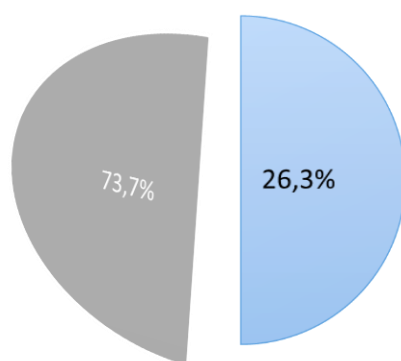
No entanto, aproximar três realidades, Meio Ambiente, Educação Física e Escola, demanda cuidado e ousadia frente aos constantes processos de atualização e transformação do mundo. Notam-se dificuldades em potencializar a relação entre a EF e a EA nas escolas públicas, devido diversos fatores: falta de informação, de conhecimento e iniciativa por parte de muitos professores, falta de material, e de espaço.

Entretanto, o professor de EF tem a seu dispor uma possibilidade a mais para uma prática educativa eficaz, uma vez que a EF enquanto componente curricular que visa desenvolver as múltiplas faces do desenvolvimento motor, cognitiva e moral dos estudantes, sendo que seus conteúdos dinâmicos podem favorecer para o bom entendimento dos envolvidos nas aulas.

Educação Ambiental > Práticas pedagógicas

Dentre os itens observados, foi perguntado aos docentes como consideram a EA no ato de planejar suas aulas. A maioria (73,7%) respondeu positivo, considera a temática em questão, no entanto ainda há um número bem significativo que não consideram a EA no ato de planejamento das suas aulas, como aponta a Figura 8. Mas, quando confrontamos com os planos de aulas dos professores, verificamos que não acontecem ações voltadas para as PCANs na perspectiva da EA.

Figura 8 - Educação Ambiental no ato do planejamento das aulas dos professores participantes.



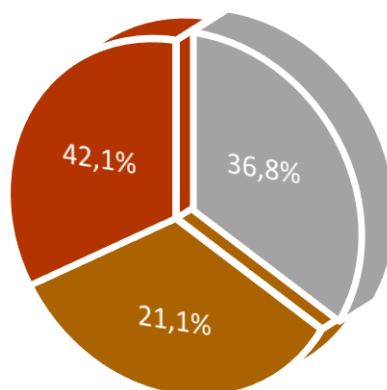
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Plataforma *Google Forms* (2020)

Dialogando com Guimarães *et al.* (2007), o processo educacional da EA ocorre por meio da relação teoria/prática, na qual todos os conhecimentos adquiridos devem ter ação direta na vida social do estudante. O professor de EF pode aumentar essa possibilidade através de sua prática no sentido de valorizar a produção cultural do cotidiano, de forma crítica, problematizando o conhecimento juntos aos estudantes. É através de um ensino investigativo, provocativo que o estudante começa a pensar e a refletir sobre o processo de construção do conhecimento (FREIRE, 1987).

Nesta pesquisa, diversos documentos e leis apresentam-nos a necessidade de inclusão da temática meio ambiente nas diversas disciplinas. Com a EF não difere, dado que a EF precisa cumprir seu papel social, discutindo conteúdos contemporâneos, refletindo, criticando, agindo e contribuindo com a realidade social em que o estudante está inserido.

Nesse sentido, ao analisar o que dizem a figura 9 e o quadro 5, percebe-se que os professores desenvolvem ações que envolve EA de maneira bem superficial em suas aulas (36,8%) e que muito dos docentes ainda não realizam atividades de EA do ponto de vista teórico e prático (21,1%). E uma maioria diz realizar atividades teóricas e práticas, no entanto parece vago (42,1%). Então, no Quadro 5, podemos observar nos destaques nas cores laranja mais escuro e cinza, algumas falas que demonstram temas propostos para uma aula envolvendo a EA durante as aulas de Educação Física. E os destaques em azul indica a não realização de EA em aulas de EF.

Figura 9- Ações nas aulas de EF envolvendo EA pelos participantes



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Plataforma *Google Forms* (2020)

Quadro 5- Atividades de Educação Ambiental nas aulas dos participantes

Professor	Fala dos professores
P1	Não realize
P2	Lixo seletivo e o meio ambiente.
P3	Localizar objetos jogados em trilha e discutir sobre a ação do homem no meio ambiente.
P4	Abordagens e conceitos teóricos de conscientização e preservação do meio ambiente; reciclagem e utilização adequada do lixo.
P5	Como prática, fizemos construção de jogos e brinquedos de material reciclado; gincanas educativas de limpeza da escola; confecção de roupas, acessórios, objetos decorativos com material alternativo; produção de lixeiras de coleta seletiva e distribuição na escola e comunidade.
P6	Valores sociais, habilidades, competências. Na pratica sempre mostra aos alunos que devemos deixa o ambiente onde nós estamos limpo, cultivando e cuidado das plantas ao redor da escola. (SIC).
P7	Não realize
P8	Palestra com um especialista de canoagem/visita ao Rio São Francisco/ palestra com o corpo de bombeiros sobre os riscos e cuidados no contato com o rio/ o vento e o soltar pipa riscos e cuidados
P9	Quando trabalhamos de forma teorica e os alimentos e suplementos retirados da natureza. (SIC)
P10	Quando trabalhamos também, de forma teorica e prática os esportes na natureza. (SIC)
P11	cuidados com a agua , estragos e desperdícios nas áreas irrigadas. (SIC)
P12	Bom
P13	Não
P14	Caminhada orientada
P15	Conteúdo Jogos e Brincadeiras fazemos reciclagem para produção de brinquedos e no conteúdo Práticas corporais de Aventura trabalhamos a questão da preservação e revitalização do Rio para os Esportes aquáticos. (SIC)
P16	Manter o ambiente limpo
P17	Não maltratar as árvores
P18	Limpeza do ambiente após as aulas
P19	Recolher todo material utilizado nas aulas

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Plataforma Google Forms (2020)

Foi questionado ainda se eles realizavam ações envolvendo as PCANs, do qual teve-se quatro respostas diretivas negativas (NÃO), uma negativa (Nenhuma), oito respostas positivas justificando a realização de caminhada orientada, escalada, arvorismo, canoagem, rapel, *mountain bike* e cinco deixadas em branco, e um escreveu o e-mail ou não quis responder.

A EF parte do aprendizado pela vivência, correspondendo ao fazer consciente, uma vez que o processo ensino-aprendizagem ocorre pela prática e, por meio desta, o conhecimento é compreendido de maneira mais sólida. Colaborando com esta afirmação, Guimarães *et al.* (2007) dizem que ao refletir a Educação Ambiental, o educador/educando exercitam a reflexão/ação na construção de valores e atitudes que integram o ser humano/natureza. Só a EA tonará os cidadãos mais conscientizados ambientalmente.

As intensas manifestações corporais nessas práticas permitem que as experiências na relação corpo-natureza expressem uma tentativa de reconhecimento do meio ambiente e dos parceiros envolvidos, expressando, ainda, um reconhecimento dos seres humanos como parte desse meio.

No momento conflituoso em distintos níveis (político, educacional, econômico etc.) que atravessa o Brasil, a oportunidade de escrever sobre esse tema legitima a importância dos assuntos relacionados às PCANs e às relações com o meio ambiente. Oportunidade, inclusive, que enfatiza a vida cotidiana escolar, sendo permeada por qualidades potencialmente transgressoras e criativas, pois permitem, por seu potencial imanente, novas formas de se viver, encontrar qualidade de vida e se encantar com a natureza.

Esta pesquisa buscou refletir sobre a EA, as PCANs e as práticas pedagógicas dos professores de EF e suas relações com o meio ambiente, apresentando diferentes cenários propícios para o desenvolvimento humano, o qual visa à ampliação das escolhas das pessoas, possibilitando que cada uma possa ter capacidades e oportunidades para ser aquilo que deseja ser.

Práticas Corporais de Aventura na Natureza > Percepções, concepções e ações

Quando perguntados sobre o conhecimento com as PCANs, as respostas apontam que a maioria ainda não tem conhecimento aprofundado sobre as PCANs, em destaque na cor azul mais claro, e os que apontam ter algum conhecimento fala de um conhecimento empírico, como

o próprio nome sugere uma interação com a natureza, como podemos observar as falas dos professores participantes em destaque na cor cinza, no quadro 6.

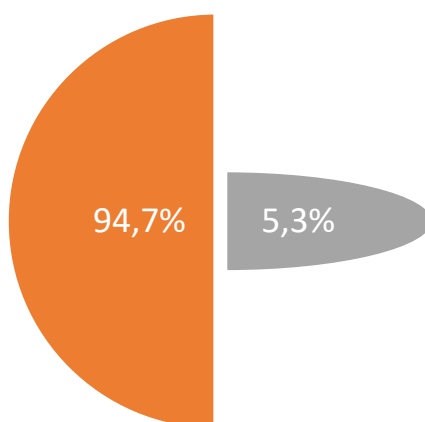
Quadro 6- Conhecimento dos participantes sobre PCANs

Professor	Fala dos professores
P1	Nada.
P2	Atividade praticada junto à natureza sem destruir o bioma.
P3	Nada
P4	Atividades práticas que possibilitam uma aproximação maior com a natureza e o meio ambiente.
P5	arvorismo, escalada.
P6	Promove o bem estar físico e mental, sem contar a mudança de hábitos e atitudes desta prática.
P7	Sim
P8	Sou praticante
P9	Atividades realizadas em contato direto com a natureza e sempre buscando demonstrar a importância dela para nossa sobrevivência
P10	Pouco ou quase nada
P11	Benefícios dessa pratica
P12	Atividade de trilha com orientação
P13	Sim
P14	São atividades realizadas ao ar livre, que envolvem um grande risco, pois são atividades que depende muito de altura e até mesmo velocidade!
P15	Sem informação!
P16	São atividades aonde o indivíduo tem maior contato com a natureza
P17	São práticas que envolve a cultura corporal em meios naturais e urbanos e todas as suas possibilidades.
P18	São práticas corporais em que há uma integração do praticante com a natureza
P19	Trilhas, rapel, etc

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Plataforma *Google Forms* (2020)

Em relação às Unidades Temáticas, assinala que a maioria dos participantes (94,7%) diz conhecer as Unidades Temáticas de Educação Física presentes na BNCC, o que é muito apropriado, no entanto, ainda tem professores que os desconhecem, conforme nos mostra a Figura 10.

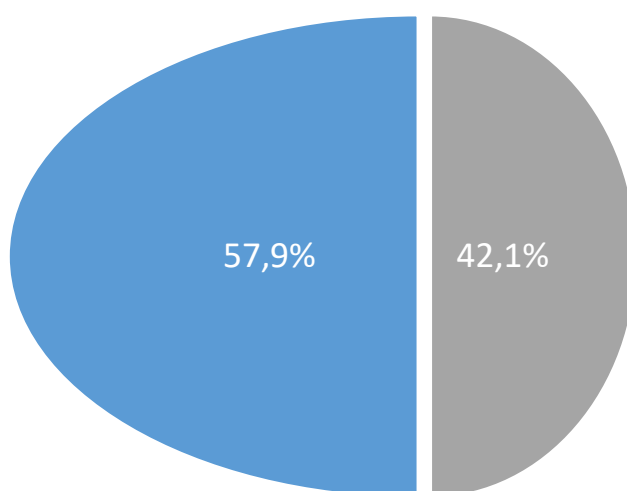
Figura 10- Conhecimento dos participantes sobre as Unidades Temáticas de EF na BNCC e no Currículo de Pernambuco



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Plataforma *Google Forms* (2020)

Quando perguntados sobre realização de ações voltadas para PCANs na perspectiva da EA, (57,9%) dos professores dizem não realizar ações voltadas para PCANs na perspectiva da EA, no entanto, (42,1%) dizem que sim, conforme mostra a Figura 11.

Figura 11-Ações que envolve práticas corporais de aventura na natureza na perspectiva da EA



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Plataforma *Google Forms* (2020)

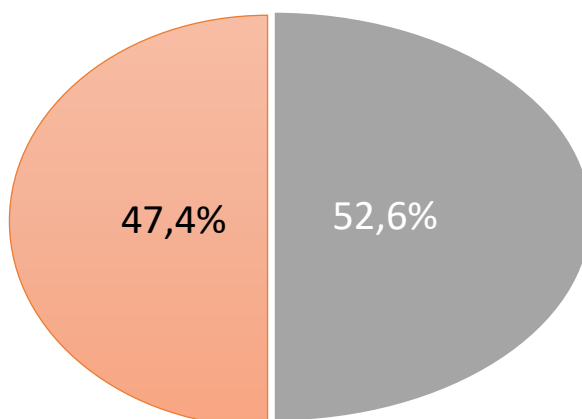
A vivência na e com a natureza pode permitir um mergulho na criatividade, na relação lúdica com o mundo; ou seja, um reencontro do pleno prazer de uma existência que, segundo Le Breton (2006, p. 102), nenhum outro lugar parece oportunizar e que faz falta, especialmente, no exercício profissional. “O *homo ludens* substitui o *homo faber*”. São justamente esses potenciais de sentidos que permitem a renovação dos atores sociais, em um movimento dinâmico que vai da excitação e do risco à segurança, possibilitando aos seres humanos todas as dimensões de sua relação potencial com o mundo (MARINHO, 2001).

Dialogando com Souza júnior (org.) *et al* (2011), podemos perceber, na falta de ações que envolvem práticas corporais de aventura na natureza na perspectiva da EA apontadas nesta pesquisa, que “[...] faz-se necessário ampliarmos a compreensão sobre a forma como se tem constituído o modelo escolar e as práticas pedagógicas no interior destes ambientes educacionais.”.

Práticas Corporais de Aventura na Natureza > Práticas pedagógicas

Quando perguntados sobre a participação em formação continuada cujo tema era as PCANs na perspectiva da EA nos últimos 02 anos, (47,4%) disseram não ter participado, conforme Figura 12. A maioria dos professores responderam que participaram apenas em uma formação continuada ao longo de dois anos, a exemplo de palestras, quando analisamos dados da Figura 13. No entanto, um número bastante expressivo diz não ter recebido qualquer tipo de formação a respeito da temática em questão. O que pode ser uma das dificuldades por não se trabalhar ações voltadas para as PCANs na perspectiva da EA como mostra os dados da pesquisa em questão.

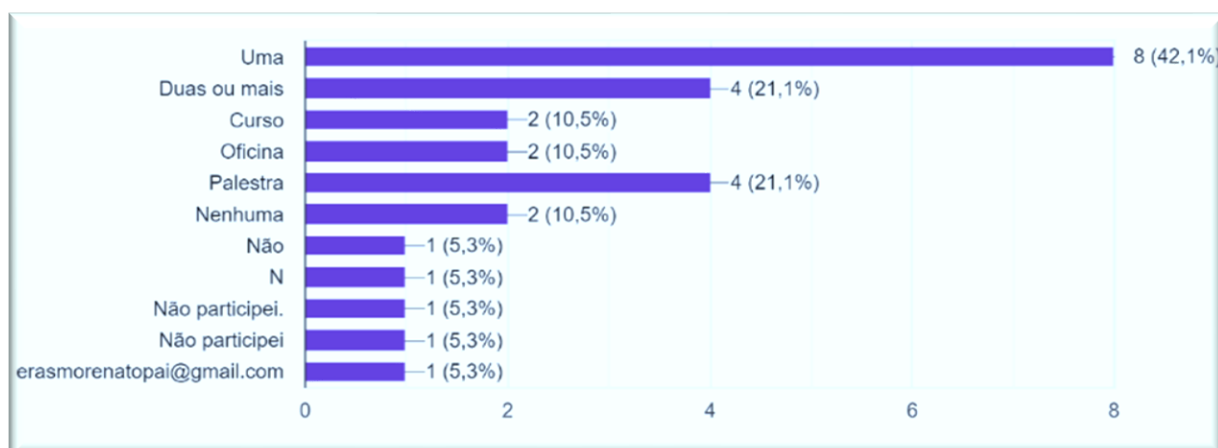
Figura 12 - Participação dos professores em formação continuada em PCANs na perspectiva da EA nestes



últimos 2 anos

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Plataforma *Google Forms* (2020)

Figura 13 -. Tipos de formações continuada e quantidade realizadas pelos participantes



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Plataforma *Google Forms* (2020)

Importante propor aos professores de Educação Física a abordagem da temática ambiental em suas aulas, pois há necessidade de formar tais professores com conteúdo teórico e prático adequados para sua atuação docente, dando subsídios para que os mesmos possam modificar e/ou adaptar suas aulas conforme as necessidades ou particularidades do seu espaço de ação.

Nesse contexto, o papel da Educação Física como um dos veículos de Educação Ambiental é significativo e urgente, pois deve considerar o homem como parte do meio

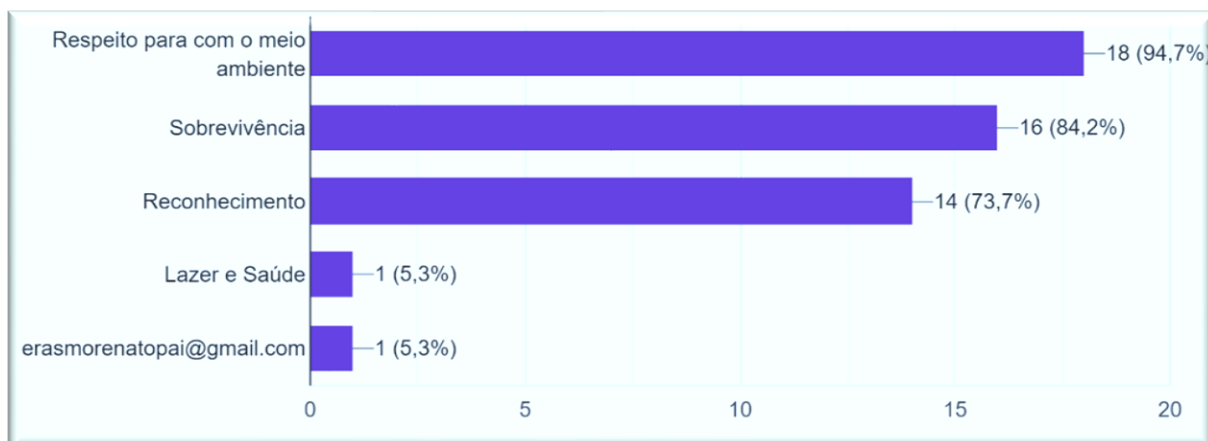
ambiente, ou seja, não basta se preocupar apenas “em catar latinhas de alumínio e reciclar, ou abordar sobre o lixo com os escolares”. É preciso perceber também os problemas sociais além da degradação ambiental, como a questão da fome, da má distribuição de renda, das doenças e da intolerância humana, entre outros.

Considerando os conteúdos da EA nas aulas de EF ou o desenvolvimento de propostas que embasem melhor esta prática, garantindo o aprendizado dos alunos de maneira prazerosa e crítica, traz reflexões que devem partir de todos os espaços educacionais, porém, parte das universidades a maior responsabilidade de pensar sobre a formação dos futuros professores de EF e sobre os meios para esses professores formarem cidadãos que interagem com o meio ambiente, de acordo com estudo de teóricos citados no corpo da revisão bibliográfica.

Dialogando com Freire (1996, p. 30), que traz reflexões no sentido de que a prática educativa possa estar aproximando a realidade dos conteúdos historicamente construídos, tais como: “Por que não estabelecer uma intimidade entre os saberes curriculares fundamentais aos estudantes e a experiência social que eles têm como indivíduos?”. As PCANs como conteúdos abordados nas aulas de EF Escolar apresentam um grande potencial para que o professor de EF faça seus estudantes perceberem de maneira crítica a relação homem e natureza. Esse potencial nasce de maneira favorecida pelo fato destas práticas colocarem os indivíduos em contato com a natureza e por estes tomarem consciência de que este espaço natural pode ser usufruído de maneira responsável e prazerosa

Quando perguntados sobre os benefícios que as PCANs na perspectiva da EA trazem para os estudantes, (94,7%) responderam “Respeito para com o meio ambiente” e isso é muito bom ter esse entendimento, mostra a abertura para se trabalhar tal temática e de se estar aberto a esta proposta interdisciplinar, como aponta a Figura 14.

Figura 14- Benefícios que as PCANs na perspectiva da EA podem trazer para os estudantes



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Plataforma *Google Forms* (2020)

A execução de projetos interdisciplinar ou de intervenção na escola é uma alternativa possível para promover a integração entre os componentes curriculares e os conteúdos didáticos, além de dinamizar o ensino tornando as aulas mais atrativas e a escola mais dinâmica por através de uma pedagogia e didática ativa, possibilitando ao estudante construir seu próprio conhecimento, como defendeu o educador norte-americano John Dewey (1859-1952).

Nessa perspectiva, discorre-se que quando a prática da EA e das PCANs se tornar algo frequente dentro das escolas, ficará mais rentável a evolução e o adquirir conhecimentos sobre as práticas corporais de aventura na natureza e sua relação com o meio ambiente, visto que os estudantes ainda não sabem os benefícios que essas práticas podem trazer para o físico, o psicológico, o socialmente e planetariamente, conforme respostas dos professores sobre tais benefícios.

Essa análise, relacionada com o referencial teórico discutido anteriormente, demonstra a necessidade do diálogo entre PPP com o contexto atual, uma vez que a emergente questão ambiental precisa aparecer em âmbito escolar, pois a realidade socioambiental conclama ações interventivas. Torna-se indispensável uma efetiva EA, a qual deve estar estabelecida no PPP enquanto instrumento norteador do fazer educativo na escola.

Além disso, cabe ao professor operacionalizar estratégias pedagógicas para que valores relacionados à formação da autonomia moral sejam construídos, cultivados e discutidos no decorrer das práticas da cultura corporal na escola. Pode-se incluir, dentro desse processo de ensino aprendizagem, atividades que enfatizem a preservação do meio ambiente, tanto com

reflexão de textos ou através de atividades lúdicas e recreativas que proporcionem aos adolescentes, diversas situações de aprendizagem integradas à transmissão eficiente de valores, atitudes e normas, bem como à realização de diversas práticas corporais em contato com o meio natural.

Nesta pesquisa, constata-se que a BNCC inova com uma perspectiva de Educação Integral, mostrando que componentes como a EF deve ter o mesmo *status* no currículo escolar. Nesse entendimento, as aulas de EF devem mobilizar aprendizagens que integram o fazer, o sentir e o pensar as práticas corporais de uma forma geral. De tal maneira que o currículo e as aulas de EF sejam pensados como aportes para o desenvolvimento das competências gerais da BNCC. Rubem Alves (1994, p. 22) já nos alertava para o fazer, o sentir e o pensar com o sujeito numa visão holística: “Mas, haverá coisa mais importante que o corpo? Todas as revoluções, todas as ordens sociais, quaisquer que sejam suas engrolações ideológicas, não devem ter como única finalidade, fazer com que os corpos vivam, vivam mais felizes?”.

O professor deve então dar possibilidades para que o educando tenha autonomia, pois esta possibilita aos estudantes ter novas aprendizagens, além disso, o educador deve respeitar a curiosidade dos estudantes para com o corpo e para com a natureza, fator este primordial no ambiente escolar. A curiosidade promove uma aprendizagem significativa e o docente, ao perceber, deve respeitar e trabalhar, propiciando um ambiente estimulador e questionador. Sobre o respeito à autonomia, Paulo Freire diz-nos que: “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (FREIRE, 1996, p. 59).

Com isso, teremos um planeta mais sustentável, com a integração transdisciplinar de professores e estudantes para que os mesmos consigam compreender esta importância, e tornem-se protagonistas destas transformações, visto que a EA é prenunciadora de grande mudança e parte da escola grandes iniciativas que atingem toda a sociedade, fazendo-a repensar nas ações geradoras dos impactos ambientais.

Em um processo de sinergia, a EA ideal deve emergir da abordagem coletiva, participativa e solidária, que correlacione os aspectos históricos, culturais, sociais, econômicos e políticos à problemática ambiental que se configura na atualidade. Como conclui Souza (2018, P.125) na sua dissertação, é

[...]por meio de um conjunto de ações e soma de esforços coletivos, percebe-se que há possibilidade de vislumbrar um fazer ambiental nos espaços educativos, assumindo, assim, o compromisso ético e pedagógico com a construção de uma sociedade, que se

preocupa com a manutenção das diversas formas de vida do planeta (SOUZA, 2018, p. 125).

Já na fala dos professores pesquisados, percebe-se que admitir a docência hoje, em tempos de pandemia, de redes sociais com o livre acesso pelos jovens, onde as informações são, com frequência, confundidas com conhecimento, as chamadas *fakes News*, é sem dúvida um ato de grande responsabilidade, de amorosidade, de alegria, de esperança, e de boniteza. Como sugere Moacir Gadotti (2011), no título do seu livro: “Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido”, que segundo ele, inspirou-se em Paulo Freire, mais especificamente a partir da Pedagogia da Autonomia, para escrevê-lo há exatamente 10 anos.

Para esta pesquisa, inicialmente trabalhamos com a hipótese de que os professores de EF do Ensino Fundamental - Anos Finais não desenvolvem ações/intervenções que envolvem as práticas corporais de aventura na natureza na perspectiva da Educação Ambiental na escola. A qual se confirma diante dos dados analisados. Neste estudo, desperta-nos ainda muitas questões como esta: como aprender a conviver com o meio ambiente, preservando-o, em uma aula de Educação Física?

Conforme os resultados nas discussões dos dados coletados, o produto didático consistiu em uma formação *on-line* por meio do *Google Meet* sobre a temática e a partir daí a elaboração de um vídeo com orientações Teóricas-Metodológicas para auxiliar os professores no espaço de atuação em relação as suas aulas práticas com os escolares dos Anos Finais do Ensino Fundamental das Escolas Públicas Estaduais da cidade de Petrolina, zona urbana, contribuindo assim, para um entendimento a respeito de suas práticas pedagógicas, com a EA e as PCANs.

4.3 PRODUTO DIDÁTICO - TÉCNICO - TECNOLÓGICO

4.3.1 Formação com professores de Educação Física: dialogando com a Educação Ambiental e as Práticas Corporais de Aventura na Natureza

Diversas são as formas de inventar e de se reinventar durante a pandemia na busca de conhecimento e de se capacitar. Assim, com base nos resultados da pesquisa: “Educação Ambiental e as práticas corporais de aventura na natureza: práticas pedagógicas dos professores de Educação Física de Petrolina (PE), como produto didático tivemos uma Formação *On-line*, conforme pode-se examinar em um planejamento elaborado para este encontro com os professores no APÊNDICE E deste manuscrito, o qual foi realizada no dia 22/04/2021 usando a plataforma do *Google Meet*. Gravada e disponibilizada para os professores de EF com AF na cidade de Petrolina (PE). A gravação foi enviada através da mídia (*Google Drive*, *WhatsApp* (*slides*) e *e-mails*). Um certificado foi emitido aos participantes, como podemos verificar, visualizando o APÊNDICE F.

A formação aconteceu devido à necessidade dos professores de Educação Física em interagir com a EA e as PCANs de acordo com o que aponta os resultados desta pesquisa. Neste contexto, Rodrigues (1992 p.88) nos diz que

Se o conteúdo do ensino indica que se deverão trabalhar as relações do homem com a natureza, devem-se explorar as relações que as próprias crianças, já experimentam. Não se deve perder a oportunidade de deixá-las explicitar essas experiências, já que todas as crianças se relacionam no seu dia-a-dia com rios, montanhas, com o sol, com a chuva, com as noites, com outros homens e animais (RODRIGUES, 1992 p.88).

Assim, esse estudo aponta necessidades de informar e orientar os professores para reconhecer situações que podem se utilizar das Práticas Corporais de Aventura na Natureza na perspectiva da Educação Ambiental e provocar mudanças de hábitos no trato com o meio ambiente a começar pela escola. Isso, tendo em vista que problemas ambientais podem surgir devido à falta de conhecimento e a práticas erradas com certas atividades relacionadas à vida escolar, as quais precisam de ações estratégicas, escolar ou pública, para alterações nesse cenário.

Enquanto orientações didáticas-metodológicas, pode-se arriscar e indicar algumas atividades para serem trabalhadas durante as aulas de EF: *trekking* (caminhada) próximo ao entorno escolar; corridas de orientação na escola ou as margens do Rio São Francisco nas escolas que ficam nessas proximidades ou como aula de Campo; de posse da autorização dos

pais e conhecimento da gestão escolar; pode-se utilizar caixas de papelão para simbolizar pranchas e descer pequenas elevações de terra ou areia na escola; *slackline* em ambientes arborizados na escola ou como atividade para casa com as devidas orientações; escaladas em espaços escolares com a supervisão do professor. Essas atividades fomentarão nos estudantes a vivência, o contemplar do meio ambiente, e os conduzirão a refletir sobre a importância de suas práticas corporais para a sua preservação. As orientações contemplam os Projetos interdisciplinares com geografia, matemática, português, história, ciências, artes, inglês e espanhol, incluindo conteúdos destas disciplinas nas atividades de EA e PCANs.

O documento consolidado da formação “Dialogando com as PCANs na perspectiva da EA” auxiliará os professores no espaço de atuação em relação às suas aulas práticas e teóricas com os escolares dos Anos Finais, contribuindo assim, para possíveis mudanças da prática pedagógica dos professores, tornando-a mais interessante e significativa para os estudantes, fazendo com que eles se sintam cidadãos ambientalmente responsáveis em suas ações a partir das aulas de EF causando impactos positivos tanto na comunidade escolar quanto na comunidade em geral.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação, ao longo desta pesquisa sobre as práticas pedagógicas dos professores de EF dos AF da Rede Estadual no município de Petrolina (PE), analisou o desenvolvimento de PCANs na perspectiva da EA. Averiguando no PPP das escolas, o estabelecimento de ações na dimensão da EA e das PCANs, examinando os Planos de Aulas dos professores de EF em relação às atividades voltadas para a EA e as PCANs com os estudantes do oitavo e nono ano dos Anos Finais, procurou identificar necessidades e dificuldades em ações voltadas para as PCANs na perspectiva da EA e verificou-se a percepção do professor de EF frente ao desenvolvimento das atividades de PCANs na perspectiva da EA com estudantes do oitavo e nono ano dos anos finais. Percebeu-se que as realidades escolares se encontram bem distantes do que se espera, tanto na definição de concepções que devem estar contidas no Projeto Político Pedagógico das escolas, quanto nas ações a serem desenvolvidas pelos professores para com a EA e as PCANs.

Como resultado do trabalho, no primeiro momento da pesquisa sobre a análise documental, verificou-se que ao analisar o PPP das escolas foi considerado o que os professores pensam e realizam sobre EA e as PCANs nesses espaços de Educação Formal, foi possível perceber que ainda não existem ações voltadas para uma EA capaz de contribuir para a construção de uma nova ética e posturas que realmente promovam a transformação da realidade, e com a EF contribuindo nesse sentido. Os resultados demonstraram a necessidade de formações continuadas com os professores de EF sobre a temática estudada, pois não acontecem práticas pedagógicas do professor de Educação Física nas PCANs na perspectiva da Educação ambiental e não há atividades de PCANs nos oitavos e nonos anos nos planos de aulas dos professores e no PPP da escola.

Percebeu-se que as práticas corporais de aventura na natureza, por si só, não são suficientes para a compreensão das questões ambientais, embora possa existir entre os praticantes, envolvimento com as questões ambientais. Entretanto, o que determinará o nível reflexivo sobre a questão é a reflexão crítica e atenta realizada pelos estudantes dos AF e estimulada pelos professores de EF, na busca de melhor qualidade de vida e de um meio ambiente mais equilibrado. O contato com diferentes práticas corporais nas aulas de EF, especialmente as PCANs, permite que os estudantes possam escolher formas de participar dessas práticas ao longo da vida, adotando valores da sociedade democrática e de vida ativa. Como elemento desafiador, trazemos outras considerações a respeito destas práticas corporais:

O desafio seria, então, refletirmos sobre como a Educação Física pode contribuir com um projeto social, desenvolvendo as melhores relações entre o ser humano, a sociedade e a natureza como centro de suas preocupações, a partir de outra compreensão de formação humana integral; o desafio seria fazer tudo isso, sem abrir mão da especificidade do trabalho com a corporeidade humana (SOUZA JÚNIOR, 2011, p. 97).

Desse modo, indica-se a necessidade de ampliação dos relatos referentes à prática docente com a EA e as PCANs, e as realizações destas ações nas aulas de EF para a formação de um cidadão com ações responsáveis na preservação do meio ambiente, com consciência ambiental em unidade (ser humano e natureza). Espera-se que as ações dos docentes se traduzam em ações concretas, objetivando melhorar o ambiente em que se vive e formar cidadãos participantes corresponsáveis e, nesse contexto, as aulas de EF podem ser um grande facilitador para o estudante conhecer e refletir sobre a importância do respeito a natureza, uma vez que os professores de EF dos Anos Finais, como informa a esta pesquisa, ainda não desenvolvem ações que envolvam as PCANs na perspectiva da EA.

Frente às análises realizadas ao longo da construção deste trabalho, conclui-se que não há EA nas PCANs nos PPPs e nos planos de aulas. Na busca de solução, pode-se ponderar sobre a observância de que os professores de Educação Física precisam pensar suas aulas a partir de um compromisso com o nosso planeta e estar preparados a partir de novas leituras e habilidades voltadas para os cuidados com a Terra, para proporcionar aos estudantes, oportunidades de desenvolver as dimensões físicas, corporais, cognitivas, afetivas, sociais e culturais associadas às práticas corporais de aventura na natureza na perspectiva da Educação Ambiental.

Espera-se, com este trabalho, contribuir para uma aproximação entre teoria e prática na disciplina de Educação Física no que diz respeito às aulas de PCANs na perspectiva da EA, com um maior fortalecimento da EA na prática educacional pública Petrolinense, principalmente, proporcionar uma reflexão sobre a importância desta nas aulas dos Anos Finais na Educação Básica.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. A. Estórias de quem gosta de ensinar. 17ª edição. São Paulo, Cortez, 1994.
- ALVES, T. A.; SHIOSAKI, R. K. Representações de professores de Educação Física acerca da Formação Continuada em Serviço no Sertão do Médio São Francisco. I Congresso Interdisciplinar em Educação, Saúde e Ambiente - I Ciesa.03 a 05 de julho de 2019.
- BAHIA, M. C. A gestão de cidades sustentáveis e as atividades de aventura. In: PEREIRA, D. W. et al. (Org.). Entre o urbano e a natureza: a inclusão na aventura. São Paulo: Lexia, 2010.
- BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 2011
- BETRÁN, J. O. **Las actividades físicas de aventura en la naturaleza: análisis sociocultural.** *Apuntes: Educación Física y Deportes.* Barcelona, nº41, p.5-8, 1995.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.
- BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de Graduação Plena. Diário Oficial da União, Seção 1E, p. 39-40. Brasília, 14 de setembro de 2001.
- BRASIL. Lei Federal n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm> Acesso abr 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1991. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1991.
- BRASIL. Senado Federal. CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei número 10.793, de 1º de dezembro de 2003. Publicado no Diário Oficial da União em 02 de dezembro de 2003. Disponível em: Acesso em: 20 nov. 2020.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Atualizada até março de 2017. Disponível em https://www2.senado.leg.br/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_led.pdf. Acesso 14 mai 2021.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- COICEIRO, G. A. O imaginário social de aventureiros do extremo: o universo simbólico dos praticantes de provas de ultra-resistência. 136 folhas. Tese (Doutorado em Educação Física).

Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2007.

COSTA, V. L. M. Esportes de aventura e risco calculado na montanha: um mergulho no imaginário. Barueri: Manole, 2000.

DARIDO, S. C. *et al.* **A Educação Física, a formação do cidadão e os parâmetros curriculares nacionais.** *Rev. Paul. Educ. Fís.*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 17-32, jan./jun. 2001.

DARIDO, S. C. Educação física na escola: questões e reflexões. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DARIDO, S. C. *et al.* Práticas corporais: educação física: 6º a 9º anos: manual do professor. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2018.

DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2004.

ELIAS, N. Teoria simbólica. Oeiras: Celta Editora, 1994.

FAZENDA, I. C. A. Integração e interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetividade ou ideologia. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRANCO, L. A adaptação das atividades de aventura na estrutura da escola. P. 89-101. In: V congresso brasileiro de atividades de aventura. Entre o urbano e a natureza. Ed. Lexia. São Bernardo do Campo. 2010.

FREIRE, P. Algumas reflexões em torno da utopia. In: FREIRE, Ana Maria Araújo. Pedagogia dos sonhos possíveis. São Paulo: UNESP, 2001.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática pedagógica. 20ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 32.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987

FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, P.; SHOR, I. O Cotidiano do Professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE FILHO, J. R.; MAGNANO, C.; COSTA, V.M.; FOSTER, C. A. Cursos de especialização ofertados no âmbito do Mais Médicos: análise documental na perspectiva da Educação Interprofissional. 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0842>. Acesso 04 de março de 2021.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. São Paulo em Perspectiva, 14 (2), 2000.

GADOTTI, M. Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido. 2a.ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

GADOTTI, M. Pressupostos do Projeto Pedagógico. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. 28/8 a 2/9/94. Brasília, 2005.

GADOTTI, M. Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, S. S. M. *et al.* **Educação Física no Ensino Médio e as discussões sobre Meio Ambiente: um encontro necessário.** *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, SP, n. 28, p. 157-172, maio 2007.

GRÜN, M. *Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária*, 1996.

HALL, S. *A identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2011.

INÁCIO, H. L. D.; MORAES, T. M.; SILVEIRA, A. B. *Educação física e educação ambiental: refletindo sobre a formação e atuação docente*. Conexões, Campinas, 2013

INÁCIO, H. L. D.; PERETI, É. S.; SILVA, A. P. S.; LIESENFELD, P. A. **Bastidores das práticas de aventura na natureza.** In: SILVA, A. M.; DAMIANI, I. R. (Org.) *Práticas Corporais: experiências em Educação Física para a outra Formação Humana*. Florianópolis: Nauemblu Ciência & Arte, v. 3, p. 69-87. 2005a.

INÁCIO, H. L. D.; SILVA, A. P. S., PERETTI, E. S., & LIESENFELD, P. **As Travessuras e Artes na natureza: movimentos de uma sinfonia.** In: SILVA, A. M., & DAMIANI, I. R. (org.) *Práticas Corporais: Trilhando e compar(tilhando) as ações em Educação Física*. Florianópolis: Nauemblu Ciência e Arte, v.2, 81-105. 2005b.

INÁCIO, H. L. D. **Lazer, Educação e Meio Ambiente: uma aventura em construção.** *Revista Pensar a Prática*, v. 9, n. 1, p. 45-63. ISSN 1980-6183, jan/jun 2006.

LE BRETON, D. *Risco e lazer na natureza.* In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa T.; organizadoras. *Viagens, Lazer e Esporte: o espaço da natureza*. São Paulo: Manole, 2006.

LUCENTINI, Leandro. *A temática ambiental como proposta para aulas de Educação Física na 4ª série do Ensino Fundamental*. 2010. 188f. Trabalho de Conclusão de Curso. 2010. (Graduação em Educação Física. Concentração, Corporeidade, Pedagogia do Movimento e Lazer) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 2010.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MARINHO, A. **Atividades na natureza, lazer e Educação Ambiental: refletindo sobre algumas possibilidades.** *Motrivivência*, Florianópolis, ano 16, n. 22, pp. 47-70, jun. 2004.

MARINHO, A. **Lazer, Aventura e Risco: reflexões sobre atividades realizadas na natureza.** *Movimento*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 181-206, maio/ago. 2008.

MARINHO, A. **Lazer, natureza e aventura: compartilhando emoções e compromissos.** *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 22, pp. 143-153, 2001.

MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. *Turismo, lazer e natureza*. São Paulo: Manole, 2003.

MARINHO, A.; SCHWARTZ, G.M. *Atividades de aventura como conteúdo da educação física: reflexões sobre seu valor educativo.* 2005. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd88/avent.htm>. Acesso em 28 jan. 2020.

MEC. BNCC na prática: do currículo à sala de aula. Desvendando as diretrizes para a Educação Física, 2021. Disponível em: <https://avamec.mec.gov.br/ava-mec-ws/instituicao/peninsula/conteudo/modulo/1081/index.html>. Acesso em 20 jun 2021.

- MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.
- MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.
- MORIN, E. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- MORIN, E. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MULLER, C.; MACHADO, P. R. M. Caminhada na natureza: prática alternativa de Educação física escolar para fins de educação ambiental. Monografias Ambientais, Cascavel, v.4, n. 4, p. 749-757, 2011.
- PASSOS, K. C. M. Caminhando nas trilhas do reencantamento da natureza: uma ecologia do corpo sagrado e errante. 298 f. Tese (Doutorado em Educação Física). Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, Brasil, 2004.
- PERNAMBUCO. Currículo de Pernambuco – Anos iniciais e Anos Finais do ensino fundamental. Linguagens. Secretaria de Educação. Recife. 2019.
- PERNAMBUCO. Organizador curricular por Bimestre, SEE, 2019.
- PIMENTA, S. G. Questões sobre a organização do trabalho na escola. Série Idéias: a autonomia e a qualidade do ensino na escola pública. nº 16, São Paulo: 1993.
- REIGOTA, M. A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- RODRIGUES, J. R. B. Base Nacional Comum Curricular – Educação Física (referencial teórico). Texto introdutório elaborado como fundamentação para o planejamento e realização de Encontros de Formação Continuada de Professores de Educação Física da Rede Pública Estadual de Pernambuco – UEFAF/GEPAF/SEDE/SEE-PE. Recife, 2015.
- RODRIGUES, L. H.; DARIDO, S. C. **Educação Física escolar e meio ambiente: reflexões e aplicações pedagógicas**. EFDeportes.com, *Revista Digital*. Buenos Aires, sep. 2006, v. 11, n. 100. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd100/ma.htm>. Acesso em fev 2020.
- RODRIGUES, N. Por uma Nova Escola: o transitório e o permanente na educação. São Paulo: Cortez, 1986.
- RODRIGUES, N. Da mistificação da escola a escola necessária. 6ª. Edição. São Paulo: Cortez, 1992.
- ROMÃO & GADOTTI, M. Projeto da escola cidadã: a hora da sociedade, IPF, 1994
- SILVA, B. A. T.; MALDONADO, D. T.; OLIVEIRA, L. P. (Org.) Manifestações culturais radicais nas aulas de Educação Física. Curitiba: CRV, 2016.
- SILVA, J., & GRZEBIELUKA, D. Educação Ambiental na escola: do Projeto Político Pedagógico a prática docente. 2015. Monografias Ambientais, 14(3), 76- 101. 2015.

SORRENTINO, M.; MENDONÇA, R. T. P.; JUNIOR, L. A. F. **Educação Ambiental como política pública.** *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

SPINK, M. J. P. **Posicionando pessoas como aventureiros potenciais: imagens de risco - aventura em matérias de revista.** *Psicologia e sociedade*, Porto Alegre, n. 20 Edição especial p. 50-660, 2008.

SOUZA JÚNIOR, M. (org) et al. *Educação Física escolar: Teoria e política curricular, saberes escolares e proposta pedagógica.* Recife: EDUPE, 2011.

SOUZA, M.J. N. *Educação Ambiental na prática pedagógica de escolas de referência em Ensino Médio de Petrolina.* Orientador: Prof. Dr. Ricardo Kenji Shiosaki. Dissertação :(Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade de Pernambuco (UPE). Petrolina: 2018.

TAHARA, A. K.; *et al.* **A aventura e o lazer como coadjuvantes do processo de educação ambiental.** *Revista Pensar a Prática*, v. 9, n. 1, p. 1-12. ISSN 1980-6183, jan/jun 2006.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional.* 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

THEODORSON, G.A. *A modern dictionary of sociology.* London: Methuen; 1970.

THIOLLENT, M.J.M. *Metodologia da pesquisa-ação.* 12 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (org). *Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível.* In: VEIGA. Ilma Passos de Alencastro. *Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível.* Campinas, Papirus, 20ª ed. 2005.

VEIGA, A.; AMORIM, E.; BLANCO, M. *Um retrato da presença da Educação Ambiental no Ensino Fundamental Brasileiro: o percurso de um processo acelerado de expansão.* Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

VEIGA, I. P.A. (org) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.* 14ª edição Papirus, 2002.

VEIGA, I. P. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.* In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.* Campinas: Papirus, 1998.

VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente.* 4 .ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012 – CNS/CONEP)

Você está sendo convidado (a) a participar do trabalho intitulado **“Educação Ambiental e as Práticas Corporais de Aventura na Natureza: práticas pedagógicas dos Professores de Educação Física em Petrolina-PE”** sob a responsabilidade dos pesquisadores Ricardo KenjiShiosaki e Terezinha Abel Alves e sua equipe principal: Carlos Werles da Silva Lopes; Eudair Rodrigues Teles e Jéssica Ailany de Oliveira, tendo por objetivo principal é Investigar se há intervenção pedagógica dos professores de Educação Física nas escolas dos anos finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual no município de Petrolina-PE, com foco em práticas corporais de aventura na natureza na perspectiva da educação ambiental.

Esclarecemos que manteremos em anonimato, sob sigilo absoluto, durante após o término do estudo, todos os dados que identifiquem o participante da pesquisa usando apenas, para divulgação, os dados inerentes ao desenvolvimento do estudo. Informamos também que após o término da pesquisa, serão distribuídos de todo ou qualquer tipo de mídia que possa vir a identificá-lo tais como filmagens, fotos, gravações etc., não restando nada que venha a comprometer o anonimato de sua participação de agora ou futuramente.

Quanto aos riscos e desconfortos, a participação nesta pesquisa poderá oferecer riscos psicológicos em relação às entrevistas e questionários, pois alguma pergunta pode trazer constrangimento. Porém, o senhor (a) irá responder pelo Google Drive Online e uma outra entrevista em uma sala reservada, somente com a presença da pesquisadora. Diante desses riscos, você está sendo informado que pode se sentir à vontade para retirar seu consentimento e deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem que isso acarrete em algum tipo de ônus. Caso você venha a sentir algo dentro desses padrões, comunique ao pesquisador para que seja tomada as devidas providências até que sua queixa seja resolvida.

Os benefícios esperados por essa pesquisa são: oferecer um relatório de seus resultados ao final do projeto e trazer contribuições relativas as atividades em sala de aula para os estudantes do ensino fundamental, mais especificamente do 8º e 9º ano.

Você terá os seguintes direitos: a garantia de esclarecimento a resposta a qualquer pergunta; a liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer momento se prejuízo para si; a garantia de que em caso haja algum dano a sua pessoa, os prejuízos serão assumidos pelos pesquisadores. Caso haja gastos adicionais você deve procurar os pesquisadores por meio dos seguintes contatos: Ricardo KenjiShiosaki, shiosaki@gmail.com Fone: 87-96348904 e Terezinha Abel Alves, tna3112@hotmail.com

Caso suas dúvidas não sejam resolvidas pelos pesquisadores ou seus direitos sejam negados, favor recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos CEP:

CEP-CISAM

Coordenadora: Profª Dra. Sandra Trindade Low

Vice-Coordenador: Prof. Dr. Carlos Reinaldo Carneiro Marquês

Secretária Executiva: Simone Tabosa

Rua Visconde de Mamanguape, s/n, Encruzilhada, Recife/PE (1º andar do Ambulatório do CISAM)

Fone: (81) 3182.7738 / e-mail: cep.cisam@upe.br

Atendimento ao público: segunda a sexta-feira – 13 às 17h

APÊNDICE B - Instrumentos de coletas de dados – Questionário no Google Forms

Pesquisa

Olá, professor (a) do Ensino Fundamental-Anos Finais!

Convido você a participar desta pesquisa sobre Educação Ambiental e as Práticas Corporais de Aventura na Natureza: Processo de Intervenção dos Professores de Educação Física no Sertão do Médio do São Francisco com número CAAE 25370419.0.0000.5191 aprovada pelo CEP.

Trata-se de uma pesquisa de abrangência local sobre o processo de intervenção dos Professores de Educação Física no Sertão do Médio do São Francisco em Educação Ambiental e Práticas Corporais de Aventura na Natureza.

Este questionário faz parte da pesquisa do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares – PPGFPI da Universidade de Pernambuco Campus Petrolina.

Sua participação é muito importante, voluntária e todas as informações cedidas neste formulário terão tratamento confidencial e para fins acadêmicos. Ao participar você estará aceitando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O questionário contém 24 perguntas objetivas e subjetivas com o tempo de resposta aproximadamente de 15 minutos. Link para acesso: <https://forms.gle/MWteT1Aiq3eiSRtC9>

Qualquer informação adicional que se faça necessária você poderá entrar em contato com os pesquisadores nos e-mail: tna3112@hotmail.com; peapcanpetrolina@gmail.com; kenjishiosaki@gmail.com

Desde já agradeço pela atenção e colaboração.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012 – CNS/CONEP)

Título do Projeto: Educação Ambiental e as Práticas Corporais de Aventura na Natureza: Processo de Intervenção dos Professores de Educação Física no Sertão do Médio do São Francisco.

Você está sendo convidado (a) a participar do trabalho intitulado "Educação Ambiental e as Práticas Corporais de Aventura na Natureza: Processo de Intervenção dos Professores de Educação Física em Petrolina-PE" sob a responsabilidade dos pesquisadores Ricardo Kenji Shiosaki e Terezinha Abel Alves e sua equipe principal: Carlos Werles da Silva Lopes; Eudair Rodrigues Teles e Jéssica Ailany de Oliveira, tendo por objetivo principal investigar se há intervenção pedagógica dos professores de Educação Física nas escolas dos anos finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual no município de Petrolina-PE, com foco em práticas corporais de aventura na natureza na perspectiva da educação ambiental.

Os riscos dessa pesquisa para os participantes estão relacionados a algum desconforto de ordem psíquica, moral, intelectual, social e/ou cultural, uma vez que podem ocasionar ansiedade, medo e instabilidade emocional. Vale lembrar que, em nenhum momento, será solicitado seu nome. Caso se sinta desconfortável a responder as questões, você pode parar a qualquer momento. Mesmo você estando em sua residência ou qualquer outro local de isolamento social, sem a presença dos pesquisadores, desconfortos podem ocorrer, então fique à vontade para parar a pesquisa quando achar necessário.

Os possíveis benefícios decorrentes da participação na pesquisa incluem-se, a maior conscientização dos professores para atuarem como educadores ambientais na sala de aula regular dos Anos Finais do Ensino Fundamental, no que diz respeito à importância das práticas corporais de aventura na natureza na perspectiva da educação ambiental.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso você decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento, não haverá nenhum prejuízo a sua ao atendimento que você recebe ou possa vir a receber na instituição.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e você não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Os dados coletados durante a pesquisa serão sempre tratados confidencialmente. Os resultados serão apresentados de forma conjunta, sem a identificação dos participantes, ou seja, o seu nome não aparecerá na publicação dos resultados.

Você terá os seguintes direitos: a garantia de esclarecimento a resposta a qualquer pergunta; a liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer momento se prejuízo para si; a garantia de que em caso haja algum dano a sua pessoa, os prejuízos serão assumidos pelos pesquisadores. Caso haja gastos adicionais você deve procurar os pesquisadores por meio dos seguintes contatos: Ricardo KenjiShiosaki, ricardo.shiosaki@upe.br

Fone: 87 996348904 e Terezinha Abel Alves, tna3112@hotmail.com Fone 87 988235370

Caso suas dúvidas não sejam resolvidas pelos pesquisadores ou seus direitos sejam negados, favor recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos [CEPCISAM/UPE](#): Coordenadora: [Profª Dra. Sandra Trindade](#)
Low Vice-Coordenador: Prof. Dr. Carlos Reinaldo Carneiro Marquês Secretária Executiva: Simone Tabosa Rua
Visconde de Mamanguape, s/n, [Encruzilhada](#), Recife/PE (1º andar do Ambulatório do CISAM) Fone: (81)
[3182.7738](#) / e-mail: cep.cisam@upe.br Atendimento ao público: segunda a sexta-feira – 13 às 17h.

É importante que você guarde em seus arquivos uma cópia deste documento de Registro de Consentimento.



E-mail *

E-mail válido

Este formulário está coletando e-mails. [Alterar configurações](#)

Qual o seu gênero? *

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Prefiro não dizer
- ☐ Outros...

Idade: *

Texto de resposta curta

Renda familiar: *

☐ Até 1.100,00

☐ Até 2.500

☐ Até 3.500

☐ Outros...

Formação inicial: *

☐ Educação Física

☐ Outros...

Pós - Graduação: *

☐ Lato Sensu

☐ Stricto Sensu

☐ Não tenho

Tempo de docência: *

☐ Até 03 anos

☐ Até 10 anos

☐ Até 20 anos

☐ Até 30 anos

☐ Outros...

Jornada de trabalho:

*

É permitido marcar em mais de uma opção.

☐ Manhã

☐ Tarde

☐ Noite

Nome da Escola Estadual em que trabalha na cidade de Petrolina: *

Texto de resposta curta

Série/Ano em que leciona:

*

É permitido marcar mais de uma opção.

☐ 6º ano

☐ 7º ano

☐ 8º ano

☐ 9º ano

Conhece a Lei de Educação Ambiental? *

☐ Sim

☐ Não

Conhece as Unidades Temáticas de Educação Física na Base Nacional Comum Curricular- BNCC? *

☐ Sim

☐ Não

Qual a importância da Educação Ambiental para você? *

Texto de resposta longa

Você considera a Educação Ambiental no ato de planejar suas aulas? *

☐ Sim

☐ Não

Em suas aulas, você professor, realiza ações que envolve a Educação Ambiental? *

☐ Sim

☐ Não

☐ Talvez

Caso você realize atividades de Educação Ambiental (EA) em suas aulas, cite duas atividades do * ponto de vista teórico e duas do ponto de vista prático. Caso negativo, escreva Não realizo:

Texto de resposta longa

Marque as opções caso a escola em que trabalha realize alguma dessas ações que envolve a temática Educação Ambiental: *

É permitido marcar em mais de uma opção.

- ☐ Consumo consciente
- ☐ Uso de agrotóxicos
- ☐ Segurança alimentar
- ☐ Poluição ambiental
- ☐ Sustentabilidade no Sertão do Médio do São Francisco
- ☐ Água potável
- ☐ Outros...

O que você conhece/sabe sobre práticas corporais de aventura na Natureza? *

Texto de resposta longa

Você participou de formação continuada, em Práticas Corporais de Aventura na Natureza na perspectiva de Educação Ambiental, nestes últimos 02 anos? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

Caso afirmativo, quantas e quais tipos de formações continuadas? *

- ☐ Uma
- ☐ Duas ou mais
- ☐ Curso
- ☐ Oficina
- ☐ Palestra
- ☐ Outros...

Em suas aulas, você professor (a), realiza ações que envolve práticas corporais de aventura na natureza na perspectiva da educação ambiental? *

☐ Sim

☐ Não

Se realiza, por favor, marque essas ações:
É permitido marcar em mais de uma opção. *

☐ Caminhada orientada

☐ Escalada

☐ Arvorismo

☐ Canoagem

☐ Rapel

☐ Tirolesa

☐ Natação

☐ Outros...

Em sua opinião, quais impactos ambientais que os praticantes de práticas corporais de aventura na natureza podem causar ao meio ambiente? *

Texto de resposta longa

Marque os benefícios que as práticas corporais de aventura na natureza na perspectiva da educação ambiental podem trazer para os estudantes:
É permitido marcar mais de uma opção. *

☐ Respeito para com o meio ambiente

☐ Sobrevivência

☐ Reconhecimento

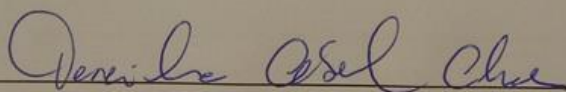
☐ Outros...

APÊNDICE C - Declaração de compromisso do pesquisador responsável

Eu, **Terezinha Abel Alves**, pesquisadora do projeto **“Educação Ambiental e as Práticas Corporais de Aventura na Natureza: Processo de Intervenção dos Professores de Educação Física em Petrolina-PE”** venho por meio deste declarar estar ciente e que cumprirei os termos da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde e declaro:

1. Assumir o compromisso de zelar pela privacidade e sigilo das informações;
2. Tornar os resultados desta pesquisa públicos sejam eles favoráveis ou não preservando a identidade dos participantes;
3. Comunicar ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos – CEP-CISAM sobre qualquer alteração no projeto de pesquisa, nos relatórios semestrais ou por meio de comunicação protocolada, que me forem solicitadas.

Petrolina, 07 de 10 de 2019.



Assinatura do Pesquisador

CPF: 33403740587

APÊNDICE D- Análise Documental. Questionários sobre Educação Ambiental e Práticas Corporais de Aventura na Natureza.

QUADRO I - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP

___ I - HÁ PRESENÇA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PPP DA ESCOLA?		
ESCOLAS	SIM	NÃO
1. Escola Antônio Cassimiro –		
2. Escola de Aplicação ProfªVande Souza		
3. Colégio da Polícia Militar Anexo I		
4. Escola D. Antônio Campelo		
5. Escola Eduardo Coelho		
6. Escola Antônio Cassimiro		
7. Escola Eneide Coelho Paixão		
8. Escola Joaquim André		
9. Escola Moysés Barbosa		
10. Escola Pe. Luiz Cassiano		
11. Escola Poeta José Raulino		
12. Escola Prof. M. X. Paes Barreto		
13. Escola Prof. Humberto		
14. Escola Prof. Mal. Antônio Filho EMAAF		
2. Tem estabelecimento de ações voltadas para a Educação Ambiental e/ou Práticas Corporais de Aventura na natureza?		
ESCOLAS	SIM	NÃO
1. Escola Antônio Cassimiro		
2. Escola de Aplicação ProfªVande Souza		
3. Colégio da Polícia Militar Anexo I		
4. Escola D. Antônio Campelo		
5. Escola Eduardo Coelho		
6. Escola de Alternância		
7. Escola Eneide Coelho Paixão		
8. Escola Joaquim André		
9. Escola Moysés Barbosa		
10. Escola Pe. Luiz Cassiano		
11. Escola Poeta José Raulino		
12. Escola Prof. M. X. Paes Barreto		
13. Escola Prof. Humberto Soares		
14. Escola Prof. Mal. Antônio Filho EMAAF		

QUADRO II - PLANOS DE AULAS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA PELO SIEPE (Sistema desenvolvido para permitir a Elaboração dos

Projetos Educacionais, de acordo com a política de financiamento educacional)

_ II - HÁ PRESENÇA DE AÇÕES VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

PROFESSOR (A)	SIM	NÃO
P1		
P2		
P3		
P4		
P5		
P6		
P7		
P8		
P9		
P10		
P11		
P12		
P13		
P14		
P15		
P16		
P17		
P18		
P19		

III - TEM ESTABELECIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

PROFESSORES	SIM	NÃO
P1		
P2		
P3		
P4		
P5		
P6		
P7		
P8		

P9		
P10		
P11		
P12		
P13		
P14		
P15		
P16		
P17		
P18		
P19		
IV - HÁ A PRESENÇA DE AÇÕES VOLTADAS PARA AS PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA NA NATUREZA?		
PROFESSORES	SIM	NÃO
P1		
P2		
P3		
P4		
P5		
P6		
P7		
P8		
P9		
P10		
P11		
P12		
P13		
P14		
P15		
P16		
P17		
P18		
P19		

QUADRO III - BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM - BNCC**V - HÁ PRESENÇA DA LEI DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA BNCC?**

Sim (página e parágrafo)

Não

VI - Há presença de ações voltadas para as Práticas Corporais de Aventura na Natureza?

Sim (página e parágrafo)

Não

QUADRO IV - CURRÍCULO DE PERNAMBUCO EM EDUCAÇÃO FÍSICA-CPEF**VII - HÁ PRESENÇA DA LEI DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CPEF?**

Sim (página e parágrafo)

Não

VIII - HÁ PRESENÇA DE AÇÕES VOLTADAS PARA AS PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA NA NATUREZA?

Sim (página e parágrafo)

Não

APÊNCIDE E—Plano da Formação- Produto Didático

<i>“O planeta é prodígio em vida e ela se difunde rapidamente como se quisesse recompor algumas rupturas imprudentemente provocadas pela pressa do homem”</i> Genebaldo Dias (2004, p. 257)
PLANEJAMENTO PARA A FORMAÇÃO
TEMA: Dialogando com as Práticas Corporais de Aventura na Natureza na perspectiva da Educação Ambiental
Componente curricular: Educação Física População beneficiada: professores de educação física dos Anos Finais da Rede Estadual de Ensino da cidade de Petrolina (PE) Carga horária: 2h40min Local: Google Meet – link gerado 15min antes do encontro: meet.google.com/puv-hpmw-idn Data: 22/04/2021 (quinta-feira) Horário: 19h
Objetivos gerais: ▪ Conhecer o conceito de EA e PCANs ▪ Ressignificar o ato de planejar as aulas de Educação Física ▪ Refletir sobre as práticas pedagógicas de ações voltadas para as PCANs na perspectiva da EA.
Objetivos específicos de aprendizagem ▪ Compreender, Conhecer e identificar as práticas corporais de aventura na natureza ▪ Refletir sobre o objeto de conhecimento/habilidades no 8º e no 9º ano, no I Bimestre. ▪ Refletir sobre os cuidados com a natureza e com o nosso Bioma; a Caatinga, enquanto cidadã/cidadão.
1º Momento (Ver Slides na íntegra no (Apêndice H) • Acolhida na plataforma do Google Meet com a música “Planeta Azul” de Chitãozinho e Xororó. • Roda de conversa inicial - Socialização das atividades e conhecimentos e saberes dos professores sobre o Educação Ambiental e as práticas Corporais de aventura na natureza. • Os professores podem tirar dúvidas durante a formação sobre as PCANs e a EA.

2º Momento:

- ✚ Avaliação do encontro online usando um link gerado pelo *Google forms* com espaço para sugestões e comentários. Link gerado para o formulário: <https://forms.gle/5BTBXcLtvnZfspCUA>

3º Momento:

- ✚ Encerramento do momento formativo.

4º momento:

- Foi emitido um certificado de participação enviado por e-mail, através de uma lista de presença gerada pelo Formulário do google Doc. (ver no Apêndice I)
- Edição e publicação de um vídeo com a formação formatada com as orientações Teóricas-Metodológicas.
- Feedback da pesquisa realizada pela pesquisadora e orientador com a distribuição do material consolidado.

RECURSOS:

- ✚ Internet. Notebook. Celular.

APÊNDICE F -Certificado da Formação ministrada para os participantes



APÊNDICE G- Produto Técnico - Tecnológico em PDF

A474d Alves, Terezinha Abel.
Dialogando com a educação ambiental e as práticas corporais de aventura na natureza. - Petrolina: do autor, 2021.
64f.; il.;30cm
Produto Educacional, produzido, em *formato de "Livreto"*, anexo de apoio à Dissertação de Mestrado do Programa Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade de Pernambuco-Campus Petrolina, 2021.
Disponível também em CD-ROM
1. Formação. 2. Educação física. 3. Educação ambiental. 4. Produto educacional - Livreto. I. Shiosaki, Eduardo Kenji. II. Universidade de Pernambuco - Campus Petrolina - PPGFPPI. III. Título.

CDD-613.707

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Maria Gorete Pereira e Silva, CRB 4/0796.
Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina.

Dialogando com a Educação Ambiental e as Práticas Corporais de Aventura na Natureza

TEREZINHA ABEL ALVES



Dialogando com a Educação Ambiental e as Práticas Corporais de Aventura na Natureza



Universidade de Pernambuco
Programa de Pós-Graduação de Formação de Professores e
Práticas Interdisciplinar* (PPFPPI)

*Programa recomendado por meio do Ofício nº 212-30/2014 CTC/CAA II
CGAA/DAV/CAPEs, de 22 de dezembro de 2014

Coordenação

Dra. Raimunda Aurea Dias de Sousa

Secretária

Sheila Rosana Caxias Bomfim Oliveira

Orientador

Dr. Ricardo Kenji Shiosaki

Mestranda

Terezinha Abel Alves

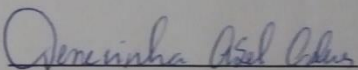
Petrolina (PE)

2021

pyright © 2021 Terezinha Abel Alves

Todos os direitos reservados.

ANEXO A– Folha de Rosto

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA NA NATUREZA: PROCESSO DE INTERVENÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO SERTÃO DO MEDIO DO SÃO FRANCISCO			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 25			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 4. Ciências da Saúde			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: TEREZINHA ABEL ALVES			
6. CPF: 334.037.405-87	7. Endereço (Rua, n.º): MAURICIO DE NASSAU GERCINO COELHO PETROLINA PERNAMBUCO 56306010		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 87988235370	10. Outro Telefone:	11. Email: tna3112@hotmail.com
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: 07 / 10 / 2019		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE	13. CNPJ: 11.022.597/0010-82	14. Unidade/Órgão: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	
15. Telefone: (87) 3666-6468	16. Outro Telefone:		
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>MARIANE LOUIZE MARINHO MENDES</u>		CPF: <u>032.522.834-50</u>	
Cargo/Função: <u>DIRETORA</u>			
Data: <u>14 / 10 / 2019</u>		 Assinatura Prof. Mariane Louize Marinho Mendes Diretora UPEI Campus Petrolina Matrícula: 11.479-0	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

ANEXO B – Carta de Anuência

Secretaria de
Educação e Esportes

 GOVERNO DO ESTADO
Pernambuco
MAIS DO QUE VOCÊ IMAGINA

CARTA DE ANUÊNCIA 09/2019

*Elaborado de acordo com a
Resolução 466/2012- NCS/CONEP.*

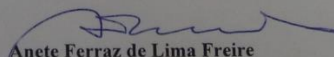
A Gerência Regional de Educação do Sertão do Médio São Francisco aceita a Pesquisadora Responsável TEREZINHA ABEL ALVES, sob a orientação do Prof. Dr. RICARDO KENJI SHIOSAKI para desenvolverem o Projeto intitulado "EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA NA NATUREZA: PROCESSO DE INTERVENÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM PETROLINA – PE" nas escolas de rede pública em Petrolina/PE, jurisdicionadas a esta Gerência Regional de Educação.

Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa, conforme Projeto em anexo, concedo a anuência para o seu desenvolvimento, desde que sejam cumpridas as exigências abaixo:

- O cumprimento da Resolução 466/2012- NCS/CONEP;
- A garantia de disponibilizar e receber esclarecimentos antes, durante e depois, do desenvolvimento da pesquisa;
- A garantia de que a pesquisa contribua para redirecionar e fortalecer ações em relação ao objeto de estudo;
- Não haja nenhuma despesa para esta instituição decorrente da participação dessa pesquisa;
- Encaminhar para esta Regional os resultados finais da pesquisa para conhecimento antes de sua publicação.

No caso do não cumprimento dos itens acima, tornar-se-á sem efeito a presente anuência a qualquer momento da pesquisa.

Atenciosamente,


Anete Ferraz de Lima Freire
Gerente Regional de Educação
GRE Sertão do Médio São Francisco
Secretaria de Educação de Pernambuco

Anete Ferraz de L. Freire
Gerente Regional de Educação
GRE-Sertão do Médio São Francisco
Mat: 085.087-0

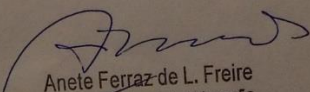
ANEXO C- Termo de Autorização**TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

A Gerência Regional de Educação do Sertão do Médio São Francisco – Petrolina/PE, autoriza a aluna do Mestrado em Educação da Universidade de Pernambuco/Campus Petrolina, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI), Terezinha Abel Alves, orientada pelo pesquisador Prof^o Dr. Ricardo KenjiShiosaki, e sua equipe: Carlos Werles da Silva Lopes; Eudair Rodrigues Teles e Jéssica Ailany de Oliveira a realizar a análise dos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas dos anos finais do município de Petrolina/PE, que se encontram nos arquivos da Regional, sendo as 15 escolas do Ensino Fundamental, que estão sob jurisdição dessa regional; na pesquisa intitulada: **“Educação Ambiental e Práticas Corporais de Aventura na Natureza: processos de intervenções dos Professores de Educação Física na cidade de Petrolina/PE”**, que tem por objetivo geral, Analisar se há intervenções pedagógicas dos professores de Educação Física nas escolas nos anos finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual no município de Petrolina/PE com foco em práticas corporais de aventura na natureza na perspectiva da educação ambiental e tendo como um dos objetivos específicos é verificar no Projeto Político-Pedagógico das escolas o estabelecimento de ações e projetos na dimensão Educação Ambiental e das Práticas corporais de Aventura na Natureza.

Petrolina, 29 de Julho de 2019.

Atenciosamente,

Anete Ferraz de Lima Freire
Gerente Regional de Educação
GRE Sertão do Médio São Francisco
Secretaria de Educação de Pernambuco


Anete Ferraz de L. Freire
Gerente Regional de Educação
GRE-Sertão do Médio São Francisco
Mat: 085.087-0

ANEXO D- Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa

CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE AMAURY DE MEDEIROS - CISAMUPE. 												
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP												
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA NA NATUREZA: PROCESSO DE INTERVENÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO SERTÃO DO MÉDIO DO SÃO FRANCISCO Pesquisador: TEREZINHA ABEL ALVES Área Temática: Versão: 1 CAAE: 25370419.0.0000.5191 Instituição Proponente: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO Patrocinador Principal: Financiamento Próprio												
DADOS DO PARECER Número do Parecer: 3.777.229 Apresentação do Projeto: Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva com abordagem qualitativa. Será realizada uma revisão na literatura vigente sobre as práticas pedagógicas voltadas para as práticas corporais de aventura na natureza na perspectiva da Educação Ambiental. Os participantes da pesquisa serão os professores do Ensino Fundamental do 8º (oitavo) e 9º (nono) ano de Educação Física da Rede Estadual de Educação pertencentes à Gerência Regional de Educação do Médio do São Francisco-GRE em Petrolina-PE. Objetivo da Pesquisa: Objetivo Primário: Investigar se há intervenção pedagógica dos professores de Educação Física nas escolas dos anos finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual no município de Petrolina-PE, com foco em práticas corporais de aventura na natureza na perspectiva da educação ambiental. Avaliação dos Riscos e Benefícios: Riscos: Os riscos dessa pesquisa para os participantes estão relacionados a algum desconforto de ordem psíquica, moral, intelectual, social e/ou cultural, uma vez que podem ocasionar ansiedade, medo e instabilidade emocional. Tais desconfortos podem ser minimizados interrompendo a aplicação dos												
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td colspan="2">Endereço: Rua Visconde de Memegipe, s/nº 1º andar</td> <td>CEP: 52.030-010</td> </tr> <tr> <td>Bairro: Encruzilhada</td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>UF: PE</td> <td>Município: RECIFE</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Telefone: (81)3182-7738</td> <td>Fax: (81)3182-7738</td> <td>E-mail: cep.cisam@upe.br</td> </tr> </table>	Endereço: Rua Visconde de Memegipe, s/nº 1º andar		CEP: 52.030-010	Bairro: Encruzilhada			UF: PE	Município: RECIFE		Telefone: (81)3182-7738	Fax: (81)3182-7738	E-mail: cep.cisam@upe.br
Endereço: Rua Visconde de Memegipe, s/nº 1º andar		CEP: 52.030-010										
Bairro: Encruzilhada												
UF: PE	Município: RECIFE											
Telefone: (81)3182-7738	Fax: (81)3182-7738	E-mail: cep.cisam@upe.br										